



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

RESOLUÇÃO – CEPEC Nº 1542

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, modalidade presencial, grau acadêmico Bacharelado, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Regional Goiás, para os alunos ingressos a partir de 2015.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, AD REFERENDUM DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta do processo nº 23070,021017/2014-86, e considerando:

- a) a Lei de Diretrizes e Base - LDB (Lei 9.394/96);
- b) as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Arquitetura e Urbanismo;
- c) a Resolução CNE/CES nº 02 de 17 de junho de 2010;
- d) o Regimento e o Estatuto da UFG;
- e) o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, grau acadêmico Bacharelado, modalidade presencial, da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com efeito para os alunos ingressos a partir do ano letivo de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Goiânia, 3 de novembro de 2017.

Prof. Orlando Afonso Valle do Amaral
- Reitor -

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO - BACHARELADO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Reitor

Prof. Orlando Afonso Vale do Amaral

Vice-Reitor

Prof. Manoel Rodrigues Chaves

REGIONAL GOIÁS

Diretora

Profª. Maria Meire de Carvalho

Vice-Diretor

Prof. Juliano Avelar de Moura

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - UAECSA

Chefe da UAECSA

Prof. Vitor Sousa Freitas

Subchefe da UAECSA

Profª. Silmere Alves Santos

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Prof. João Paulo Oliveira Huguenin

Vice-Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Prof. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva

Corpo Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo

Profª. Ariane Magda Borges	Profª. Karine Camila de Oliveira
Profª. Camila Gomes Sant'Anna	Prof. Leandro de Sousa Cruz
Profª. Carina Folea Cardoso	Prof. Lucas Felício Costa
Prof. Edinardo Rodrigues Lucas	Profª. Luciana Helena Alves da Silva
Prof. Emilliano Alves de Freitas Nogueira	Prof. Pedro Henrique Gonçalves
Prof. Ivo Carrijo Andrade Neto	Profª. Thalita Pereira da Fonseca
Prof. João Paulo Oliveira Huguenin	Prof. Thiago Fernando Sant'Anna e Silva
Prof. José Rodolfo Pacheco Thiesen	

Coordenador Administrativo da Regional Goiás

Lourentino Ferreira dos Santos

Cidade de Goiás - GO

2015/2017

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO DO CURSO	4
2	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	4
3	OBJETIVOS.....	10
3.1	Objetivo Geral.....	10
3.2	Objetivos Específicos	11
4	PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL	11
4.1	Prática Profissional.....	11
4.2	Formação Técnica.....	12
4.3	A Formação Ética e a Função Social do Profissional.....	13
4.4	A Interdisciplinaridade	13
4.5	A Articulação entre Teoria e Prática	14
5	EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	15
5.1	Perfil do Curso	15
5.2	Perfil do Egresso	16
5.3	Habilidades do Egresso.....	17
6	ESTRUTURA CURRICULAR.....	18
6.1	Matriz Curricular	20
6.2	Elenco dos Componentes Curriculares Com Ementas e Bibliografias Básica e Complementar	24
6.3	Quadro Resumo da Carga Horária.....	40
6.4	Fluxo Curricular	40
6.5	Representação Gráfica do Fluxo Curricular.....	43
6.6	Atividade Complementar	44
7	POLÍTICA E GESTÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO	45
7.1	Estágio Curricular Obrigatório.....	45
7.2	Estágio Curricular Não Obrigatório	46
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	45
9	INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	47
10	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	48
11	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO	49
12	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	50
13	POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ACADÊMICA.....	51
14	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	51
15	REFERÊNCIAS.....	53

1 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Área de Conhecimento:

Ciências Sociais Aplicadas.

Modalidade:

Presencial.

Nome do Curso:

Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Grau Acadêmico:

Bacharelado.

Título a ser Conferido:

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Habilitação, Ênfase e/ou Linhas de Formação:

não há.

Unidade Responsável pelo Curso:

Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

Carga Horária do Curso:

3840 horas totais; sendo 3232 horas de carga horária obrigatória; 192, de núcleo livre optativo; 256, de estágio e 160, de atividades complementares.

Turno de Funcionamento:

Matutino, vespertino e noturno.

Número de Vagas:

30 (trinta).

Duração do Curso em Semestres: Mínimo: 10 (dez) semestres letivos; Máximo 16 (dezesesseis) semestres letivos.

Forma de Ingresso ao Curso:

Sistema de Seleção Unificada (SiSU), Transferência facultativa, Transferência *ex officio*, Portador de diploma de graduação, Convênios ou acordos culturais, Matrículas cortesia (diplomática).

2 EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás (CAU-RG) iniciou suas atividades no ano de 2015, quando a primeira turma ingressou na universidade através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). A princípio o CAU-RG não contava com um Projeto Pedagógico (PPC), mas uma matriz curricular preliminar para o primeiro ano de seu funcionamento foi lançada no documento de justificativa de criação.

Somente com o ingresso de professores concursados na área, a partir de 2015, foi dado início à elaboração do PPC, documento responsável por orientar o planejamento do curso e o desenvolvimento das ações político-pedagógicas, técnico-científicas e socioculturais necessárias à formação acadêmica e profissional dos discentes.

A criação do CAU-RG está diretamente relacionada ao processo de expansão universitária iniciado em 2003 e potencializado a partir de 2007 através da adesão da Universidade Federal de Goiás ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007). Se, por um lado, a implantação do REUNI pode ser criticada por seus impactos para a comunidade acadêmica terem sido pouco discutidos, por outro esse investimento possibilitou um processo de interiorização do ensino público superior no Brasil.

Desde 1990, a Universidade Federal de Goiás (UFG) mantinha na Cidade de Goiás uma turma da Faculdade de Direito, como extensão do curso sediado em Goiânia. Em 2006, através de uma parceria entre a Universidade e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no âmbito das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), é aberta na Cidade de Goiás uma turma especial de Direito para beneficiários da reforma agrária e agricultores familiares. Com isso, foram contratados dez professores em regime de dedicação exclusiva para desenvolverem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, diretamente na extensão da Faculdade de Direito, localizada na Cidade de Goiás (UFG, 2014).

Aderir ao REUNI foi a possibilidade para que se criasse em 2009 o Campus Avançado de Goiás, inicialmente composto pelos cursos de Direito – agora autônomo da Faculdade de Direito de Goiânia – Filosofia e Serviço Social. Posteriormente, o curso de Filosofia passou a ser ofertado nas modalidades bacharelado e licenciatura e foi criado o curso de Administração, com ênfase em administração pública, e a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC).

Essa ampliação do número de cursos também ocorreu nos *campi* da UFG nas cidades de Catalão e Jataí, além do desejo de formar um novo *campus* na Cidade Ocidental, no entorno do Distrito Federal. Frente a essa nova realidade, a Universidade se reformula e passa a se organizar de forma a dar mais autonomia e participação aos *campi* do interior. Assim, em 2014 é aprovado o novo estatuto da universidade, onde cada campus avançado passa a ser pensado de acordo com sua abrangência geográfica no estado de Goiás e ganham a denominação de Regional. Atualmente temos em funcionamento na UFG as Regionais Goiânia, Catalão, Jataí e Goiás.

Além da estruturação ampla da universidade em regionais, o estatuto de 2014 organiza os cursos a partir de unidades acadêmicas interdisciplinares de, no mínimo, quatro cursos. Na Regional Goiás, os cursos existentes se dividiram nas unidades acadêmicas especiais de Ciências Humanas (Licenciatura em Educação do Campo e Licenciatura e Bacharelado em Filosofia) e Ciências Sociais Aplicadas (Direito, Serviço Social e Administração).

Para se efetivar como uma unidade acadêmica plena de acordo com o estatuto da instituição, a unidade de Ciências Sociais Aplicadas (CSA) cria o Curso de Arquitetura e Urbanismo, para que, junto aos outros cursos da unidade, possa contribuir na intenção da Regional Goiás de se constituir em um polo universitário popular no Vale do Rio Araguaia (UFG, 2016).

O estabelecimento do curso em uma unidade acadêmica interdisciplinar de Ciências Sociais Aplicadas oferece outras possibilidades de entendimento do campo da Arquitetura e Urbanismo. Apesar de estar dentro da grande área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, historicamente os cursos de Arquitetura e Urbanismo se desenvolveram ligados às Belas Artes ou aos centros tecnológicos, o que a nosso ver pode ter limitado o debate sobre o papel da arquitetura e urbanismo na realidade social do país.

O debate com os outros cursos da Unidade de CSA levou à construção deste PPC pautada no desenvolvimento do conceito de Direito à Cidade, reconhecendo a arquitetura e urbanismo como uma profissão essencial, junto a outras, para garantir esse direito, no sentido de acompanhar esforços empreendidos nos últimos anos que levaram a algumas conquistas jurídico-legais e institucionais que buscam garantir o Direito à Cidade, tal como a Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade de 2001, a criação do Ministério das Cidades em 2003 e a formação do Conselho das Cidades em 2004.

Assim, na perspectiva de defender garantias para o direito à Cidade, a exposição de motivos sobre o CAU-RG nos coloca dois questionamentos básicos: Quais são os reais desafios a serem enfrentados no âmbito da Arquitetura e Urbanismo? Como tem acontecido a formação acadêmica e profissional em Arquitetura e Urbanismo?

Sobre a realidade de nossas cidades, encontramos primeiramente um crescimento expressivo em seu quantitativo populacional. Na segunda metade do século XX, o processo de industrialização brasileiro levou a um crescimento das metrópoles e cidades grandes, ao passo que nas primeiras décadas do século XXI, a mineração e a expansão da fronteira agropecuária, juntamente à localização de grandes empreendimentos de infraestrutura têm atraído grande contingente populacional para cidades médias no interior do país, especialmente para as regiões Norte e Centro-Oeste (IPEA,2016).

Dentro desse processo, observamos que a taxa de urbanização do país passou de 30% em 1940 para mais de 80% em 2010 e no entanto, esse fenômeno ocorreu com um padrão de urbanização que não resultou em aumento de qualidade de vida para população: problemas urbanos como falta de infraestrutura, mobilidade, urbanidade e com precariedade habitacional levam a um crescente caos das cidades. Essa realidade pode ser observada no âmbito da teoria urbana de Henri Lefebvre (2004) que demonstra estar o processo de urbanização completa da humanidade em curso através da proliferação dos símbolos e signos do urbano sem que haja a cidade enquanto realidade social.

Essa realidade pode ser encontrada tanto em escala nacional quanto local ou regional, e assim, cabe perguntar como as especificidades da Cidade de Goiás e do estado de Goiás podem contribuir para o avanço do ensino em Arquitetura e Urbanismo?

O estado de Goiás possui 246 municípios, sendo que dois apresentam população com mais de 500.000 habitantes (Goiânia e Aparecida de Goiânia), 87% dos municípios do estado possuem população inferior a 20.000 habitantes, sendo que 97 municípios não chegam a ter 5.000 habitantes. Na Tabela 1 podemos observar a quantidade de municípios que se enquadram em diferentes portes, de acordo com o número de habitantes que apresenta.

Tabela 1: Porte dos Municípios de Goiás e Concentração Populacional

Porte dos Municípios	Número de Municípios	Concentração Populacional
Até 5.000 hab.	97	389402
De 5.001 a 10.000 hab.	58	513213
De 10.001 a 20.000 hab.	37	435467
De 20.001 a 50.000 hab.	32	1218487
De 50.001 a 100.000 hab.	10	728977
De 100.001 a 500.000 hab.	10	1645445
Mais de 500.000 hab.	02	1952607

Fonte: Elaborado com base na Estimativa da População para o ano de 2015 feita pelo IBGE, 2016.

A realidade dos municípios do estado de Goiás é similar à diversas realidades encontradas sobretudo em outros estados das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, que contam com muitos municípios com baixa concentração populacional. Nos estudos sobre as cidades usualmente temos o fator populacional como definidor de seu porte, ou seja, se uma cidade é pequena, média ou grande. As cidades pequenas seriam as com até 20.000 habitantes e as grandes teriam mais de 500.000, ficando as médias nessa grande faixa intermediária (MAIA, 2010). Mas, seria o quantitativo populacional suficiente para definir o porte de uma cidade? E mais, quais são os conceitos de cidade que estamos utilizando?

Ao utilizarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consideramos como cidade todo distrito sede de município. No entanto, essa determinação se dá meramente por aspectos administrativos. Se utilizarmos o conceito de Lefebvre (2001) da cidade enquanto a forma da simultaneidade, dificilmente um município como o de Anhanguera (GO), que apresenta 1.104 habitantes, poderia ser considerado uma cidade. Isso não quer dizer que em Anhanguera não tenha símbolos e signos do urbano, visto que a humanidade como um todo passa por um intenso processo de urbanização. (LEFEBVRE, 2004).

Também vale ressaltar que cidades com quantitativo populacional próximo, mas localizações distintas, podem apresentar características totalmente diversas. Se compararmos a cidade de Itatiba, no estado de São Paulo, que na estimativa do IBGE em 2015 apresentava 113.284 habitantes, com a cidade de Formosa, no estado de Goiás, que na mesma estimativa apresentava 112.236 habitantes, veremos que a cidade paulista apresenta uma maior diversificação de comércios e serviços, além de oferecer melhor qualidade de vida à sua população.

Essa situação é resultado da concentração urbana do litoral brasileiro iniciada ainda no período colonial, onde o centralismo da metrópole levou a uma ocupação do interior em ritmo bastante lento, associado ao rígido estabelecimento de uma hierarquia entre vilas e cidades, que, por sua vez, implicaram no grande controle de investimentos a serem destinados à sua consolidação e expansão. Após séculos de urbanização mais intensa no litoral, o interior do país ainda se insere neste processo de forma muito lenta. Com isso, boa parte do território nacional conta com precárias condições de urbanização.

Nas cidades das periferias mais atrasadas, estagnadas ou remotas, o problema consiste de relações sociais, estrutura fundiária e padrões técnicos atrasados, relações rural-urbano pobres, carência por infraestrutura econômica e social, que no conjunto produzem emigrações, baixa renda, dependência por transferências governamentais, o que se traduz em baixa produção de riqueza e, portanto, baixa capacidade de alteração espontânea do quadro de estagnação da pobreza. (BITOUN e MIRANDA, 2009, p:5).

Os autores destacam que a política urbana para essas cidades deve articular diversos setores governamentais como maneira de fomentar as relações rural-urbano, criando assim uma nova dinâmica que permita criar possibilidades de crescimento, fortalecimento e consolidação desses núcleos urbanos.

A partir desse quadro, a presença do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás, na Cidade de Goiás, representa uma possibilidade única de pensar globalmente o exercício da arquitetura e urbanismo a partir de características próprias que definem outras lógicas para o espaço urbano e a cidade. Peguemos o exemplo da cidade de Aruanã, às margens do Rio Araguaia, uma cidade que possui 8.746 habitantes e tem em seu centro uma aldeia indígena da tribo Karajá. Em direção semelhante, a Cidade de Goiás possui um rico acervo, cultural e simbólico da cultura indígena e africana.

Também poderíamos citar o caso do município de Cavalcanti (GO) e o território quilombola Kalunga, que possuem uma dinâmica com a sede municipal muito própria. Essas realidades e seus conflitos devem ser melhor conhecidos como forma de pensarmos outras possibilidades do urbano que reconheçam o valor da diversidade cultural.

Acrescentaríamos a essa reflexão a importância de se pensar o papel do patrimônio cultural reconhecido em algumas cidades, como é exemplo a própria cidade de Goiás. Declarada como Patrimônio Mundial pela UNESCO em 2001, Goiás acaba inserindo-se num circuito de interesse mundial pela sua relevância histórica, como cidade integrante do ciclo da mineração no Brasil no século XVIII.

A inserção de cidades no circuito global do turismo voltado a áreas de interesse patrimonial já vem há muito sendo criticada, pelos riscos de homogeneização do que deveria ser relevado em sua particularidade, assim como pela sua estreita relação com os chamados “processos de espetacularização” da cidade contemporânea (JEUDY, 2005; JACQUES, 2003).

A política recente do órgão superior de preservação patrimonial no Brasil, o IPHAN, embora não demonstre estar sendo aplicada à risca na Cidade de Goiás, permite pensar a dimensão patrimonial para além de uma conservação estreita, ampliando o debate sobre a dimensão imaterial do patrimônio e incorporando, à sua gestão, a indispensável participação popular, vinculada a uma ampla e democrática política urbana.

Cabe ressaltar que a construção da paisagem das cidades e a qualificação do espaço construído se dá em dois âmbitos indissociáveis: a arquitetura e urbanismo. Para Cullen (1990) uma edificação é arquitetura, duas já são paisagem urbana. A complementaridade entre essas duas disciplinas, a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento e a interação com outros fazedores da cidade é o caminho que pode possibilitar a melhoria das condições de habitabilidade de nossas cidades.

As cidades pequenas e médias, em geral, estabelecem também uma relação diferenciada com o meio natural. Por isso é importante pensar no processo de crescimento levando em consideração as Áreas de Preservação e Unidades de Conservação. A microbacia do Rio Vermelho e toda a região do entorno da Cidade de Goiás contêm importantes áreas já demarcadas nestes termos. Importante mencionar a Unidade de Proteção Integral Federal - sob responsabilidade da Universidade Federal de Goiás (UFG), área de uso restrito à pesquisa científica que tem 144 hectares. Há ainda a Unidade de Proteção Integral Estadual - Parque Estadual da Serra Dourada – que passa pelos municípios de Mossâmedes, Goiás e Buriti de Goiás e tem 16.851 hectares. Nela estão incluídos a área urbana, nascentes do rio Vermelho e distritos históricos em volta da antiga capital de Goiás.

Há, em curso, um processo de degradação acelerado dos recursos hídricos, especificamente sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), nos meios urbano e rural. Esta ação antrópica inclui o Parque Estadual da Serra Dourada e as áreas de assentamentos de reforma agrária, apontando para o risco eminente de remanejamento de suas populações, causando impacto social, econômico e ambiental.

Debater diretrizes de urbanização e expansão urbana com base num referencial geográfico de uso e ocupação que auxilie na definição do macrozoneamento municipal (rural, urbana e de expansão urbana) e o zoneamento urbano conforme princípios locacionais que levem em conta a compatibilidade ambiental e urbanística dos usos, com base nas características de suporte do meio físico, são todos desafios que estão colocados para o ensino, a pesquisa e a extensão em Arquitetura e Urbanismo na Cidade de Goiás.

Faz-se oportuno também pensar os desafios impostos ao exercício da profissão, em qualquer área de sua atuação. A concentração de profissionais e cursos de arquitetura e urbanismo localizados em grandes centros urbanos levam a maior parte dos profissionais da área a conhecerem outras possibilidades de atuação dentro do campo.

Se observarmos os dados do Sistema de Informação e Comunicação Conselho de Arquitetura e Urbanismo para o ano de 2015, veremos que os profissionais da área estão concentrados na região Sudeste e Sul, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste concentram, respectivamente, 3,69%, 12,56% e 8,04% dos Arquitetos e Urbanistas atuantes.

Sobre a Região Centro-Oeste, o Distrito Federal é a Unidade Federativa com maior quantitativo de profissionais, com 4.012 arquitetos e urbanistas, seguido por Goiás, com 2.706 profissionais, Mato Grosso do Sul, 2.106 profissionais e Mato Grosso, com 1.720. Comparando a população dos estados com o número de arquitetos e urbanistas, conforme Tabela 2, Goiás apresenta a pior relação arquitetos e urbanistas/habitante, com a marca de 4,09 arquitetos a cada 10 mil habitantes, enquanto Brasília apresenta quase 10 arquitetos e urbanistas a cada 10.000 habitantes.

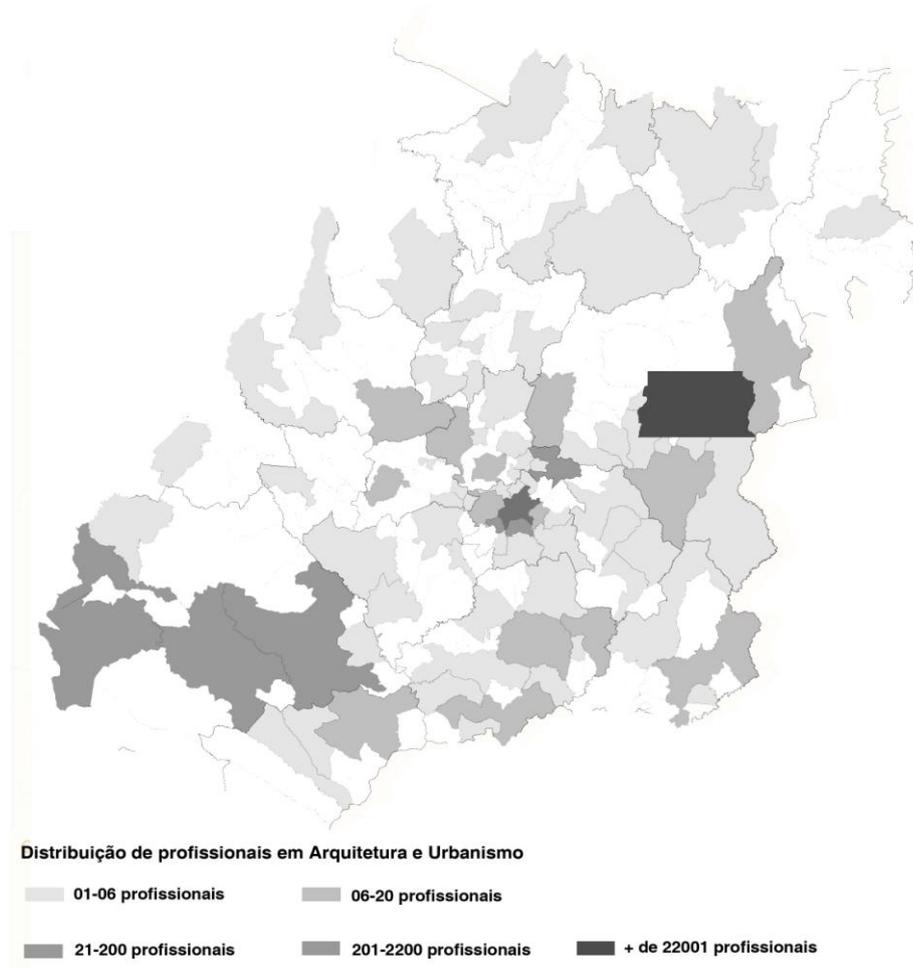
Tabela 2: Relação de arquitetos e urbanistas/10 mil habitantes nos estados do Centro-Oeste

	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Nº de Arquitetos e Urbanistas	4012	2706	1720	2106
População (Nº de habitantes)	2914830	6610681	3265486	2499341
Arquitetos e Urbanistas / 10 mil habitantes	13,76	4,09	5,27	8,43

Fonte: Elaborado pelos autores com base do Sistema de Informação e Comunicação do CAU (SICCAU, 2015) e a Estimativa da População para o ano de 2015 feita pelo IBGE, 2016.

Observando o território goiano, percebemos que a distribuição dos arquitetos e urbanistas também apresenta grandes distorções, com vários municípios que não possuem profissionais da área, outra grande parte que não conta com número de profissionais suficientes para atender adequadamente sua população, e muitos não contam com nenhum profissional, enquanto que Goiânia, capital do Estado, apresenta a maior concentração de profissionais arquitetos e urbanistas. A distribuição dos arquitetos e urbanistas no estado de Goiás pode ser melhor compreendida na figura abaixo.

Figura 1: Mapa com distribuição dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Goiás



Fonte: Editado pelos autores com base em dados do IGEO, CAU (2016).

Esta concentração de profissionais nos grandes centros urbanos expressa também uma forma de organização do trabalho do profissional de arquitetura. Nos grandes centros encontramos grandes escritórios nos quais o trabalho é dividido em diferentes especialidades e nos quais são realizados projetos a serem executados em diversos municípios que possuem poucos ou nenhum arquiteto. São profissionais, portanto, que trabalham distantes do cotidiano dos canteiros de obras e exercitam pouco a capacidade de enxergar a arquitetura como um processo amplo, que transcende o desenho e permanece vivo no processo construtivo. Esta realidade não encontra lugar em cidades pequenas e médias, pois nelas o arquiteto tem grandes chances de ser requisitado a acompanhar o processo desde os primeiros estudos até o final da execução.

Considerando esta realidade, mas também a importância de romper com um ensino de arquitetura que se tornou hegemônico reproduzindo a lógica da supervalorização do desenho em detrimento do canteiro, consta também como intenção do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFG Regional Goiás a retomada do desenvolvimento de competências por parte do profissional em formação de, ao manipular e vivenciar o ambiente do canteiro de obras, desenvolver soluções que dialoguem com ele.

Isto envolve não somente proporcionar aos estudantes o contato com o canteiro de obras convencional - exercício fundamental para reconhecer este ambiente como um local que agrega diversos saberes populares fundamentais, porém desconhecidos ou ignorados pelo saber acadêmico -, mas também o desenvolvimento da crítica sobre este canteiro e a experimentação de formas que rompam o bloqueio imposto por sua lógica. Trata-se de buscar enxergar o canteiro de obras não como uma barreira, um limite rígido e estático, mas como uma fronteira a ser conquistada através do diálogo e da experimentação.

A presença de um curso público de arquitetura e urbanismo em uma pequena cidade interiorana se mostra como locus privilegiado para discutir essas questões, buscando contribuir para a melhoria do ambiente construído e para garantir a arquitetura e urbanismo enquanto um direito do povo. Isso significa orientar este projeto político pedagógico visando formar um profissional que, a partir de uma formação generalista, seja capaz de compreender e atuar a partir de qualquer realidade encontrada no território brasileiro.

Para isso, orientamos nosso posicionamento político-pedagógico através da visão da arquitetura e urbanismo enquanto uma atividade política (MONTANER e MUXÍ, 2014) e sobre as possibilidades e desafios do jovem profissional arquiteto-urbanista (FERREIRA, 2010). Contribuem na construção dessa perspectiva, a proposição de um “arquiteto rebelde” (HARVEY, 2013), que compreende a produção arquitetônica dentro do sistema enquanto produtora de mais-valia (FERRO, 2006), mas, se abre para uma prática engajada e poética, valorizando as práticas e processos que grupos sociais constituem em sua vida cotidiana (SANTOS; VOGEL, 1981).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás (CAU-RG) tem o objetivo geral de formar arquitetos-urbanistas com sólida formação técnica e teórica, orientada por conteúdos críticos e humanistas, que capacite o profissional a analisar, compreender e intervir no espaço e no ambiente construído de forma contextualizada, fundamentada e dialogada, tornando-o um agente participativo nos processos de transformação social, com especial interesse pela arquitetura pública e pela produção coletiva dos espaços nas cidades e demais assentamentos humanos.

3.2 Objetivos Específicos

- Formar um arquiteto-urbanista capaz de intervir em diferentes escalas e contextos, através de uma formação profissionalmente ética e comprometida com a solução de conflitos sociais, resgatando a função social da Arquitetura e Urbanismo;
- Pesquisar e aprofundar os conhecimentos sobre a produção da arquitetura e urbanismo, bem como o papel e a necessidade do arquiteto-urbanista nas diferentes escalas de cidade, principalmente as cidades pequenas e médias;
- Ampliar a formação do arquiteto-urbanista para atuar com culturas, populações e comunidades até então negligenciadas, tanto pela academia como pela profissão, como comunidades indígenas e quilombolas;
- Enfatizar a importância da conservação e valorização da Arquitetura e Urbanismo relacionadas a outros bens culturais, ampliando a noção de patrimônio para além da materialidade e de sua produção formal;
- Inserir a discussão dos conflitos socioambientais como elementos determinantes para compreender o espaço e conceber suas intervenções;
- Permitir a compreensão da Arquitetura e Urbanismo enquanto um trabalho que só pode ser concretizado a partir de diversos profissionais, entre eles o arquiteto-urbanista, refletindo sobre as possibilidades de romper com a alienação do trabalho nas produções arquitetônicas e urbanísticas;
- Favorecer um processo de ensino-aprendizagem que estimule a autonomia, o pensamento crítico e a criatividade dos alunos, compreendendo que a produção arquitetônica é, ao mesmo tempo, produzida e produtora de processos urbanos;
- Promover uma formação que habilite o profissional a perseguir a formação pós-graduada e docente, comprometendo-se com a melhoria da educação em Arquitetura e Urbanismo e com o desenvolvimento da Universidade Federal de Goiás;
- Apoiar o desenvolvimento sistemático de pesquisas relevantes para a sociedade de forma integrada às atividades de ensino e extensão;
- Fortalecer o caráter extensionista da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas;
- Promover a interdisciplinaridade interna ao curso e com os demais cursos da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

4 PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

O curso de Arquitetura e Urbanismo na Regional Goiás é delineado a partir de princípios que enfatizam a necessidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão como determinante para a formação profissional. Seguindo o preceito da formação generalista, colocada pela Carta da UIA/UNESCO (2011), este PPC observa a importância do profissional de Arquitetura e Urbanismo se comprometer com as questões de ordem coletiva, os processos participativos, as demandas sociais, o direito à cidade, à habitação e à cultura, a apropriação das tecnologias construtivas e a melhoria da qualidade de vida.

4.1 Prática Profissional

Entendendo a atuação do arquiteto e urbanista como atuação política, no sentido de construção social do espaço, a prática profissional deve responder aos desafios que atualmente são colocados pelas cidades e demais assentamentos humanos, pela produção de arquitetura de qualidade e pela garantia do acesso e manifestação da cultura. Para tanto, em síntese, deve ser tecnicamente eficaz, política, social, cultural e ambientalmente responsável e, sobretudo ética.

Desde o primeiro ciclo de formação, as atividades de campo e de laboratório, particularmente aquelas desenvolvidas nas disciplinas de Projetos e de Canteiro Experimental, fomentam o aprendizado através da perspectiva prática, evidentemente contando com suporte teórico, inserido nestas mesmas disciplinas e demais.

Cabe também destacar que a gestão das atividades de estágio curricular obrigatório e não obrigatório e as atividades complementares catalisam o contato direto do futuro arquiteto com a dinâmica profissional, seja na esfera do mercado, serviço público ou qualquer outra, possibilitando que o estudante enfrente os desafios do trabalho com seu arcabouço acadêmico, incrementando e amadurecendo o debate da formação prática.

De igual maneira, as extensões acabam por dinamizar a formação do futuro arquiteto. Alinhando à vocação extensionista da Regional Goiás, os projetos fomentam a criação de espaços democráticos e de troca entre as comunidades acadêmica e local, seja esta urbana ou não, e corroboram as dimensões investigativa e interpretativa no universo da formação prática.

4.2 Formação Técnica

O componente técnico em arquitetura e urbanismo deve ser socialmente referenciado e permitir ao profissional atuar em contextos diversos, aplicando de maneira crítica e consciente a técnica a partir do entendimento das relações sociais que predispõem a composição do espaço. O jovem arquiteto deve desempenhar suas capacidades profissionais nos diversos âmbitos e dentro das diversas atribuições profissionais do campo de arquitetura e urbanismo.

A formação exercita e desenvolve a capacidade dos estudantes em conceber, projetar, compreender e realizar o ato de construção, trabalhando o equilíbrio entre as tensões da emoção, razão e intuição, e por fim, dando forma física às necessidades da sociedade e do indivíduo (UNESCO/UIA, 2011). A estrutura do CAU-RG oferece uma formação técnica-crítica, em respeito à própria inserção do curso em uma Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, aspecto fundamental para a construção das especificidades desenhadas neste projeto político-pedagógico.

A partir do entendimento da Arquitetura e Urbanismo como ciência social aplicada, acredita-se que a mesma deve se colocar a serviço da sociedade, compreendendo as relações que existem entre as pessoas e espaços e, entre estes e o seu ambiente, abordando de forma consciente os valores sociais, culturais, urbanos e arquitetônicos (UNESCO/UIA, 2011). O profissional deve assumir seu papel na sociedade, no desenvolvimento de diretrizes que levam em conta fatores sociais, agindo e comunicando ideias através da colaboração, avaliação e proposição objetiva de soluções (UNESCO/UIA, 2011).

Para tanto, o instrumental técnico para compreensão e exercício da prática de arquitetura e urbanismo está inserido de forma transversal na matriz curricular, nos eixos representação e tecnologia, com o suporte teórico do eixo crítica e aplicado e apropriado no eixo concepção. Assim, o ensino de arquitetura e urbanismo busca superar o viés tecnicista, substituindo soluções pré-determinadas pela compreensão de realidades contextuais e aplicação de soluções técnicas criativas que respeitem as necessidades sociais, culturais e estéticas de cada demanda específica, com a compreensão do uso adequado dos materiais e dos custos iniciais e de manutenção, prevendo seus impactos ambientais.

4.3 A Formação Ética e a Função Social do Profissional

As especificidades da ética profissional do arquiteto-urbanista envolvem, primeiramente, a compreensão de que a arquitetura, a qualidade das construções e sua integração harmoniosa ao ambiente em que se inserem, bem como o respeito pelas paisagens naturais e urbanas e pelo patrimônio cultural coletivo e individual são questões de interesse público. A partir dessa premissa, a formação do arquiteto-urbanista, dentro de seus princípios éticos, deve lhe assegurar a capacidade de compreensão das características regionais, bem como a capacidade de traduzir para a linguagem espacial as necessidades, expectativas, especificidades e melhoramentos para a qualidade de vida dos indivíduos, grupos sociais, comunidades e assentamentos humanos. Esses fundamentos trazem para o curso superior a missão de reconhecimento da importância dos costumes e práticas culturais para o universo de formação do arquiteto-urbanista (UNESCO/UIA, 2011).

A concretização de tais princípios envolve a necessidade de ação prática do arquiteto-urbanista orientada no sentido de enfrentar os problemas sociais que impedem o exercício pleno dos direitos dos cidadãos, realidade que é especialmente válida em países como o Brasil, principalmente em territórios distantes dos grandes centros econômicos nacionais. Segundo o Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil,

O arquiteto e urbanista deve defender o direito à Arquitetura e Urbanismo, às políticas urbanas e ao desenvolvimento urbano, à promoção da justiça e inclusão social nas cidades, à solução de conflitos fundiários, à moradia, à mobilidade, à paisagem, ao ambiente sadio, à memória arquitetônica e urbanística e à identidade cultural. (CAU, 2013, p. 4).

O contato comunitário é também um pilar fundamental para a prática acadêmica socialmente referenciada, reiterando a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão na formação do arquiteto e urbanista. As ações que promovem contato com a comunidade e seus espaços comunitários não se limitam aos projetos de extensão, mas também emergem nas ementas de disciplinas, uma vez que o ensino de Arquitetura e Urbanismo se vale da percepção crítica da realidade como fonte de debate e aprendizado. Por outro lado, compreende-se que a universidade pública deve ser democratizada não somente através da ampliação do acesso ao ensino, mas sobretudo através do caráter que assume a produção do conhecimento que ela desenvolve. Neste sentido, ampliar o contato comunitário significa voltar os olhos da universidade para as questões levantadas pela população que está fora da universidade, em detrimento da produção do conhecimento exclusivamente endógena.

Assim, dentre as diretrizes para a formação do arquiteto sensível às questões sociais, urbanas e ambientais, estão:

1) Uma qualidade de vida decente para todos os habitantes dos assentamentos humanos; 2) Uma aplicação tecnológica que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos homens com um conhecimento do uso adequado dos materiais na arquitetura, bem como seus custos iniciais e de manutenção; 3) Um desenvolvimento ecologicamente equilibrado e sustentável do ambiente construído e natural, incluindo o aproveitamento racional dos recursos disponíveis; 4) Uma arquitetura que é valorizada como sendo de propriedade e responsabilidade de todos (UNESCO/UIA, 2011, p.2).

4.4 A Interdisciplinaridade

A Arquitetura e Urbanismo permeiam processos políticos, econômicos e sociais amplos cuja compreensão e exercício exigem, por um lado, um certo nível de ruptura com a divisão disciplinar rígida e, por outro, abertura para o diálogo com os mais diversos campos disciplinares. O arquiteto-urbanista, em sua prática profissional, precisa ser capaz de dar respostas a questões que dizem respeito às três grandes esferas do ser consideradas pelo filósofo György Lukács (2010): o universo do ser inorgânico (tecnologia dos materiais, estática, etc.), do ser orgânico (conforto ambiental) e do ser social (concepção do ambiente construído, dinâmica urbana, etc.).

Essa amplitude certamente diferencia a Arquitetura e o Urbanismo de outros campos do conhecimento, especialmente das ciências mais “puras” (física, química, matemática, etc.). Por outro lado, sem o diálogo com essas e outras ciências e campos do conhecimento, não haveria desenvolvimento acadêmico possível para o campo da Arquitetura e do Urbanismo. A universidade se constitui, nesse sentido, em um espaço privilegiado para a produção interdisciplinar do conhecimento.

A construção de uma perspectiva interdisciplinar para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás ganha características próprias e específicas pela locação do curso na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas, uma vez reforçada a necessidade de desenvolver constantemente o diálogo com os demais cursos que compõem a unidade. Esses diálogos são facilitados nas interseções entre os diferentes cursos com a Arquitetura e o Urbanismo (exemplos: direito urbanístico e o curso de Direito, planejamento e gestão de obras e o curso de Administração, relações da arquitetura e do urbanismo com a questão social e o curso de Serviço Social). O CAU-RG não deve perder oportunidades alimentar e enriquecer esses diálogos, tanto nas interseções já existentes como na criação de novas possibilidades.

O diálogo interno entre os eixos disciplinares da matriz curricular do CAU-RG - a saber, crítica, representação, tecnologia e concepção - representa o esforço em desenvolver perspectivas teórico-metodológicas que reflitam a complexidade de se pensar e produzir Arquitetura e Urbanismo. Neste horizonte, o eixo concepção é aquele capaz de trazer para si todos os conteúdos percorridos no decorrer do curso, que devem ser sintetizados na elaboração do TCC. Além da comunicação transversal entre os eixos de ensino serão articuladas outras possibilidades dentro da pesquisa e extensão.

4.5 A articulação entre Teoria e Prática

O desenvolvimento da Teoria da Arquitetura e Urbanismo, desde os tratados clássicos até as discussões da teoria crítica contemporânea na área, esclarecem que o desenvolvimento da Arquitetura e Urbanismo dependem intimamente da reciprocidade do avanço da teoria e da prática. Vitruvius já postulava através de seu Tratado que o campo da Arquitetura e Urbanismo nasce da prática e da teoria, sendo a primeira a preparação contínua da experiência e a segunda demonstração e explicação do trabalho proporcionalmente ao engenho e à racionalidade. Nesse sentido, o aprimoramento da profissão se dá ao passo que a partir do arcabouço teórico se desenvolve o projeto e, finalmente a intervenção arquitetônica ou urbanística. O ciclo de qualidade se completa, por sua vez, quando o objeto concretizado serve de base reflexiva e analítica para a retroalimentação da teoria, em um processo contínuo.

Relembrar a especificidade do campo de atuação da Arquitetura e Urbanismo, essencialmente teórico-prático, se faz importante para a superação de uma visão dicotômica de teoria e prática como campos opostos ou isolados. A falta de reflexão sobre essa ótica faz com que a prática admita um estrito sentido utilitário, contraposto à teoria, que por sua vez acaba por ser encarada como desnecessária, desconectada e até mesmo supérflua à prática. Como resultado tem-se a prática esvaziada dos pressupostos crítico-reflexivos e dos referenciais teóricos e uma teoria descomprometida e descompassada com a prática.

Desse modo, o ambiente acadêmico deve proporcionar a experiência de construção de unidade de teoria e prática como chave de formação do profissional arquiteto-urbanista. Nesse âmbito, uma concepção de ensino dialética pode ser incentivada. É importante que a reflexão teórica não perca seus nexos com o mundo material e com as necessidades de intervenção sobre o ambiente vivido no cotidiano. Por outro lado, é importante que as disciplinas práticas desenvolvam atividades aplicadas orientadas por uma teoria crítica e, mais que isso, contribuam para o exercício da crítica teórica. Nas palavras de Sérgio Ferro (2006, p. 425), a crítica social, valendo-se da técnica e sua aplicação, pode se desenvolver na forma de uma “crítica experimental”. Obviamente que tudo isso deve ocorrer respeitando-se a autonomia e reconhecendo a dependência de ambas as esferas.

O CAU-RG, através das diretrizes postuladas neste documento, busca caminhos para ofertar um ensino que coadune a discussão teórica e propositiva com meios efetivos de concretização prática através das propostas de laboratórios, projetos de extensão, a política de estágio, as possibilidades de concretização do Laboratório de Projetos e do Escritório Modelo, viagens de estudos e a inserção na matriz curricular de disciplinas de Canteiro Experimental. Mediante essas ações, propõe-se uma trajetória de formação que compreende o processo de projeto de forma holística, abrangente e participativa, de forma a resgatar o perfil profissional do arquiteto-urbanista que se envolve em todas as etapas do processo de produção do espaço construído e se ancora em referenciais mediante análise reflexiva. Mais além, essas experiências auxiliam na formação de um profissional que interage com os usuários do espaço, com suas demandas e contribuições.

Como a formação não se encerra no espaço da sala de aula, no âmbito da articulação entre pesquisa e extensão, encoraja-se o desenvolvimento de pesquisas-ação externas junto a grupos sociais e também a provisão de debates sobre a realidade local e regional no âmbito das disciplinas.

5 EXPECTATIVA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

5.1 Perfil do Curso

O CAU-RG surge como a proposta de um curso crítico para pensar e propor alternativas para a Arquitetura e Urbanismo a partir da realidade das cidades e do urbano num contexto não metropolitano. Esse perfil do curso foi apresentado não por arquitetos e urbanistas, mas sim por profissionais da área de Ciências Sociais Aplicadas, que viram a urgência desse debate dentro da Regional Goiás. Embora o corpo docente do curso, constituído através de concursos ocorridos entre 2014 e 2016, tenha assumido a responsabilidade de formatar e levar adiante essa proposta, ela é compromisso de uma coletividade maior que hoje integra a Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

As bases pedagógicas do CAU-RG estão fundadas no reconhecimento da realidade das cidades e do urbano no interior do país, em específico no Estado de Goiás. Se tratando de uma instituição pública localizada no centro do país, a UFG|RG deve se comprometer com a melhoria das condições de vida nessa região. Nesse sentido, precisamos construir, do ponto de vista da Arquitetura e Urbanismo, um referencial teórico-metodológico e técnico-operativo sobre o que são as cidades pequenas e médias no interior do país.

Um primeiro passo importante é entender que esse referencial não deve ser concebido como uma nova espécie de colonização dessas cidades e suas culturas, sobretudo as tradicionais. Para isso, apostamos no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, atividades de pesquisa-ação junto com grupos sociais e, principalmente, a realização de disciplinas refletindo sobre essa realidade.

Outro ponto importante é o reconhecimento do arquiteto-urbanista enquanto um trabalhador inserido dentro de uma rede que abrange diversos setores do pensamento científico e também todo o corpo produtivo da construção civil.

Essa rede ocorre dentro de um modo de produção altamente alienador, no qual figura com centralidade a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Assim, apontamos a necessidade do projeto arquitetônico-urbanístico ser tratado criticamente e de forma indissociável de suas dimensões sociais, culturais, históricas, políticas, econômicas, técnicas, espaciais e ambientais.

A vinculação da Regional Goiás aos movimentos sociais populares, regional e nacionalmente, implica no reconhecimento de realidades nem sempre aprofundadas no ambiente acadêmico e possibilita o desenvolvimento de atividades didáticas / investigativas / propositivas que apontem para a formação de um arquiteto-urbanista com uma prática responsável e politicamente consciente para responder criticamente à nossa realidade sócio-histórica, compreendendo a necessidade e urgência de universalizar o direito à cidade e a qualidade de vida no ambiente construído.

Apesar do curso se basear em um contexto específico, o caráter generalista de formação será garantido, buscando respostas às expectativas da formação em Arquitetura e Urbanismo em âmbito nacional inspiradas nos trabalhos e atividades desenvolvidas na Regional Goiás.

5.2 Perfil do Egresso

O egresso do CAU-RG terá desenvolvido as habilidades necessárias para desenvolver as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista previstas na Lei nº 12.378/2010 que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Em seu artigo 2º, a lei define:

As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

- I- supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II- coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III- estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV- assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V- direção de obras e de serviço técnico;
- VI- vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;
- VII- desempenho de cargo e função técnica;
- VIII- treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- IX- desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;
- X- elaboração de orçamento;
- XI- produção e divulgação técnica especializada; e
- XII- execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação no setor:

- I- da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;
- II- da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;
- III- da Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;
- IV- do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;
- V- do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arreamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;
- VI- da Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;

- VII- da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;
- VIII- dos Sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;
- IX- de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;
- X- do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;
- XI- do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

Através dos temas/problemas utilizados nos exercícios projetivos, nos estudos de caso, estágios, atividades de extensão e complementares, o CAU-RG apresentará aos estudantes diferentes campos de atuação onde poderão desenvolver suas atribuições profissionais, com especial destaque para:

- I- Arquitetura de Interesse Coletivo: trabalho autônomo, em escritórios ou coletivos que desenvolvam planos e projetos de espaços livres, bens culturais e equipamentos de vários portes, em especial equipamentos públicos como escolas, hospitais, unidades básicas de saúde, centros culturais, centros comunitários, entre outros;
- II- Planejamento e Gestão do Espaço Urbano: serviço público municipal para o desenvolvimento de Planos Diretores; Planos Locais de Habitação de Interesse Social; legislação urbanística; programas habitacionais, de regularização fundiária e requalificação urbana; ações de preservação do patrimônio cultural; licitação, fiscalização e execução de obras; projeto e execução de infraestruturas urbanas, entre outros;
- III- Políticas Públicas: atuação em órgãos e autarquias estaduais e federais na concepção e desenvolvimento de políticas e programas urbanos, habitacionais, de mobilidade, patrimônio cultural, requalificação urbana, entre outros; e
- IV- Assessoramento Técnico: trabalho autônomo, em coletivos, ONGs e mesmo como funcionários públicos na assessoria técnica a comunidades e movimentos sociais que buscam produzir ou melhorar sua habitação, seja em assentamentos urbanos ou rurais.

5.3 Habilidades do Egresso

De acordo com o artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010), o CAU-RG deverá desenvolver as seguintes competências e habilidades:

- o conhecimento dos aspectos antropológicos, sociológicos e econômicos relevantes e de todo o espectro de necessidades, aspirações e expectativas individuais e coletivas quanto ao ambiente construído;
- a compreensão das questões que informam as ações de preservação da paisagem e de avaliação dos impactos no meio ambiente, com vistas ao equilíbrio ecológico e ao desenvolvimento sustentável;
- as habilidades necessárias para conceber projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e para realizar construções, considerando os fatores de custo, durabilidade, manutenção e especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários;
- o conhecimento da história das artes e da estética, suscetível de influenciar a qualidade da concepção e da prática de arquitetura, urbanismo e paisagismo;

- os conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa;
- o domínio de técnicas e metodologias de pesquisa em planejamento urbano e regional, urbanismo e desenho urbano, bem como a compreensão dos sistemas de infraestrutura e de trânsito, necessários para a concepção de estudos, análises e planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional;
- os conhecimentos especializados para o emprego adequado e econômico dos materiais de construção e das técnicas e sistemas construtivos, para a definição de instalações e equipamentos prediais, para a organização de obras e canteiros e para a implantação de infraestrutura urbana;
- a compreensão dos sistemas estruturais e o domínio da concepção e do projeto estrutural, tendo por fundamento os estudos de resistência dos materiais, estabilidade das construções e fundações;
- o entendimento das condições climáticas, acústicas, lumínicas e energéticas e o domínio das técnicas apropriadas a elas associadas;
- as práticas projetuais e as soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades;
- as habilidades de desenho e o domínio da geometria, de suas aplicações e de outros meios de expressão e representação, tais como perspectiva, modelagem, maquetes, modelos e imagens virtuais;
- o conhecimento dos instrumentais de informática para tratamento de informações e representação aplicada à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e ao planejamento urbano e regional;
- a habilidade na elaboração e instrumental na feitura e interpretação de levantamentos topográficos, com a utilização de aerofotogrametria, fotointerpretação e sensoriamento remoto, necessários na realização de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo e no planejamento urbano e regional.

Além das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o CAU-RG deverá desenvolver as seguintes habilidades e competências:

- I- conhecimento crítico-propositivo em relação à realidade social e urbana brasileira, sobretudo em contextos não metropolitanos;
- II- entendimento da indissociabilidade entre o objeto arquitetônico e o contexto urbano em que está inserido;
- III- compreensão interdisciplinar da produção arquitetônica e urbanística como necessidade ao desenvolvimento de trabalhos coletivos, colaborativos, dialógicos e criativos;
- IV- concepção e desenvolvimento de políticas públicas no âmbito da Arquitetura e Urbanismo;
- V- capacidade de interlocução com a sociedade através de instrumentos e processos participativos de projeto e planejamento do território;
- VI- capacidade de atuar em projetos e planos que possam contribuir na prevenção e solução de conflitos;
- VII- capacidade de desenvolver a aptidão específica para a pesquisa e a extensão universitárias.

6 ESTRUTURA CURRICULAR

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo orienta que os conteúdos curriculares sejam distribuídos em três estruturantes formativos obrigatórios: o núcleo de conhecimentos de fundamentação, o núcleo de conhecimentos profissionais e o trabalho de curso. Recomenda, ainda, a interpenetrabilidade desses núcleos.

A matriz curricular apresentada a seguir procura concretizar as orientações e recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para fins operacionais do curso a matriz foi organizada em quatro eixos de estudo que concentram componentes curriculares afins e três ciclos de aprendizagem.

Os eixos de estudo são:

- **Crítica:** Trata noções de teorias, histórias, estéticas, artes, questões sociais, econômicas e ambientais como elementos indissociáveis da Arquitetura e Urbanismo. Busca desenvolver a capacidade de formulação crítica necessária à conceituação de uma prática projetual;
- **Representação:** Aborda diversas linguagens e métodos próprios para representar, analisar, compreender e conceber a arquitetura e urbanismo. Busca desenvolver a capacidade de expressar e representar os conceitos e ideias de um projeto;
- **Concepção:** Compreende a concepção e desenvolvimento projetual de propostas para diferentes escalas do território e do ambiente construído. Busca demonstrar a inter-relação entre essas diferentes escalas e a necessidade de pensar globalmente;
- **Tecnologia:** Aborda aspectos científicos, tecnológicos e práticos de diversas técnicas e culturas construtivas. Busca desenvolver capacidades criativas vinculadas à exequibilidade, estabilidade das estruturas e conforto ambiental.

Os ciclos de aprendizagem são sequenciais e se complexificam ao longo do curso: o **Ciclo de Fundamentação** compreende as disciplinas de 1º a 4º períodos, do 5º ao 8º período ocorre o **Ciclo de Aprofundamento** e o **Ciclo de Síntese** ocorre no último ano, com a consolidação do Estágio Curricular Obrigatório e o Trabalho de Conclusão de Curso, durante o 9º e 10º período.

A passagem do Ciclo de Fundamentação para o Ciclo de Aprofundamento ocorre com a proposta de integração temática das disciplinas do quarto período, onde as disciplinas do Eixo de Concepção contam com o apoio direto de outras disciplinas trabalhando em uma temática comum. Nos demais períodos do Ciclo de Aprofundamento as disciplinas foram desenvolvidas de modo a permitir também a integração temática, sem, contudo ser uma exigência.

A integração temática força o alinhamento das disciplinas do período, minimizando assim o cumprimento dos componentes curriculares de forma atomizada e aleatória. No entanto, a obtenção dos resultados esperados com a integração temática só será plena para os alunos que se matriculam em todas as disciplinas do período.

O início do Ciclo de Síntese representa outro ponto de inflexão na estrutura curricular, onde o alunado terá mais autonomia, com mais tempo livre para a realização do Estágio Curricular Obrigatório e iniciar seu Trabalho de Conclusão de Curso com o estabelecimento da relação orientando-orientador.

A estrutura curricular foi organizada de forma que a carga horária fosse crescente no Ciclo de Fundamentação, permitindo ao alunado nos primeiros períodos realizar os componentes curriculares ao mesmo tempo de conhecer a universidade, seus grupos de pesquisa e extensão. A partir do 5º período, no Ciclo de Aprofundamento, a carga horária vai reduzindo gradativamente, dando maior tempo para a realização do estágio supervisionado, atividades complementares e disciplinas optativas de Núcleo Livre.

6.1 Matriz Curricular

COMPONENTE CURRICULAR	UNIDADE ACADÊMICA RESPONSÁVEL	PRÉ-REQUISITO	CO-REQUISITO	CHS TEÓRICA	CHS PRÁTICA	CH TOTAL	NÚCLEO	NATUREZA	CH PCC
A Cidade e a Lei	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Análise da Paisagem	UAECSA	-	-	4	-	64	Específico	Obrigatória	-
Antropologia Urbana	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Arquitetura, Cidade e Sociedade	UAECSA	-	-	4	-	64	Comum	Obrigatória	-
Arquitetura da Paisagem	UAECSA	Análise da Paisagem	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Canteiro Experimental I	UAECSA	-	-	1	2	48	Específico	Obrigatória	-
Canteiro Experimental II	UAECSA	-	-	1	2	48	Específico	Obrigatória	-
Canteiro Experimental III	UAECSA	-	-	1	2	48	Específico	Obrigatória	-
Cartografia e Topografia	UAECSA	-	-	1	2	48	Específico	Obrigatória	-
Conforto Ambiental I	UAECSA	-	-	2	2	64	Específico	Obrigatória	-
Conforto Ambiental II	UAECSA	-	-	2	2	64	Específico	Obrigatória	-
Conforto Ambiental III	UAECSA	-	-	2	2	64	Específico	Obrigatória	-
Economia Política	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Estágio Supervisionado	UAECSA	Arquitetura da Paisagem, Oficina de Expressão e Representação IV, Projeto Arquitetônico III	-	-	16	256	Específico	Obrigatória	-
Estudos Socioambientais	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Forma, Espaço e Ordem	UAECSA	-	-	1	3	64	Específico	Obrigatória	-
Gestão de Obras e Projetos	UAECSA	-	-	1	1	32	Específico	Obrigatória	-
História da Arte e Estética	UAECSA	-	-	4	-	64	Comum	Obrigatória	-
Infraestrutura Urbana	UAECSA	Cartografia e Topografia, Instalações Hidrossanitárias	-	2	1	48	Específico	Obrigatória	-
Instalações Elétricas	UAECSA	-	-	2	1	48	Específico	Obrigatória	-
Instalações Hidrossanitárias	UAECSA	-	-	2	1	48	Específico	Obrigatória	-

Libras*	UAECH	-	-	4	-	64	Específica	Optativa	-
Metodologia Científica	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Oficina de Expressão e Representação I	UAECSA	-	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Oficina de Expressão e Representação II	UAECSA	Oficina de Expressão e Representação I	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Oficina de Expressão e Representação III	UAECSA	Oficina de Expressão e Representação I	-	1	3	64	Específico	Obrigatória	-
Oficina de Expressão e Representação IV	UAECSA	Oficina de Expressão e Representação II	-	1	3	64	Específico	Obrigatória	-
Planejamento Urbano e Regional	UAECSA	A Cidade e a Lei, Projeto Urbanístico e Paisagístico I	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Políticas Públicas	UAECSA	-	-	2	-	32	Comum	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico I	UAECSA	Forma, Espaço e Ordem, Oficina de Expressão e Representação I	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico II	UAECSA	Cartografia e Topografia, Projeto Arquitetônico I	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico III	UAECSA	Projeto Arquitetônico II	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico IV	UAECSA	Projeto Arquitetônico III	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico V	UAECSA	Projeto Arquitetônico IV	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico VI	UAECSA	Conservação de Bens Culturais, Projeto Arquitetônico IV	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Arquitetônico VII	UAECSA	Projeto Arquitetônico IV, Sistemas Estruturais IV	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Urbanístico e Paisagístico I	UAECSA	Arquitetura da Paisagem	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Projeto Urbanístico e Paisagístico II	UAECSA	Arquitetura da Paisagem	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-

Projeto Urbanístico e Paisagístico III	UAECSA	Arquitetura da Paisagem	-	2	4	96	Específico	Obrigatória	-
Preservação do Patrimônio Cultural	UAECSA	Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo II, Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo III, Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo IV	-	3	-	48	Específico	Obrigatória	-
Sistemas Estruturais I	UAECSA	-	-	4	-	64	Específico	Obrigatória	-
Sistemas Estruturais II	UAECSA	Sistemas Estruturais I	-	4	-	64	Específico	Obrigatória	-
Sistemas Estruturais III	UAECSA	Sistemas Estruturais II	-	3	1	64	Específico	Obrigatória	-
Sistemas Estruturais IV	UAECSA	Sistemas Estruturais II	-	3	1	64	Específico	Obrigatória	-
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo I	UAECSA	-	-	4	-	64	Específico	Obrigatória	-
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo II	UAECSA	-	-	3	-	48	Específico	Obrigatória	-
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo III	UAECSA	-	-	3	-	48	Específico	Obrigatória	-
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo IV	UAECSA	-	-	3	-	48	Específico	Obrigatória	-
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo V	UAECSA	-	-	3	-	48	Específico	Obrigatória	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	UAECSA	Projeto Arquitetônico IV, Projeto Arquitetônico V, Projeto Arquitetônico VI, Projeto Arquitetônico VII, Projeto Urbanístico e Paisagístico I, Projeto Urbanístico e Paisagístico II, Projeto Urbanístico e Paisagístico III, Urbanismo em Cidades Pequenas e Médias	-	4	-	64	Específico	Obrigatória	-

Trabalho de Conclusão de Curso II	UAECSA	História da Arte e Estética, Arquitetura, Cidade e Sociedade, Antropologia Urbana, Estudos Socioambientais, Metodologia Científica, Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo I, Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo V, Viagem de Estudos, Economia Política, Políticas Públicas, Oficina de Expressão e Representação III, Oficina de Expressão e Representação IV, Trabalho de Conclusão de Curso I, Sistemas Estruturais III, Sistemas Estruturais IV, Conforto Ambiental I, Conforto Ambiental II, Conforto Ambiental III, Instalações Elétricas, Infraestrutura Urbana, Canteiro Experimental I, Canteiro Experimental II, Canteiro Experimental III, Gestão de Obras e Projetos, Estágio Supervisionado	-	2	-	32	Específico	Obrigatória	-
Urbanização em Cidades Pequenas e Médias	UAECSA	Planejamento Urbano e Regional	-	1	3	64	Específico	Obrigatória	-
Viagem de Estudos	UAECSA	-	-	1	-	32	Comum	Obrigatória	-

* Disciplina não computada na carga horária total do curso, a ser oferecida quando houver demanda.

6.2 Elenco dos Componentes Curriculares Com Ementas e Bibliografias Básica e Complementar

Eixo Representação

CARTOGRAFIA E TOPOGRAFIA

Noções práticas de topografia e cartografia no âmbito da arquitetura e do urbanismo. Conceitos fundamentais de topografia: Planimetria e altimetria. Métodos de levantamento in loco. Interpretação topográfica de paisagem natural e de paisagem edificada. Representação técnica do relevo em 2d (plantas e cortes) e 3d (maquetes topográficas). Noções de cartografias aplicada ao estudo urbano. Cartografias das práticas urbanas, cartografia social. Técnicas de leitura e representação. Estudo e interpretação de cartas, diagramas, e dados de geoprocessamento de informações cartográficas.

Bibliografia Básica:

BORGES, A de C. Topografia Vol. 1 Aplicada a engenharia civil. 3 Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.
CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. São Paulo: Ed. LTC, 2011.
MARTINELLI, M. Cartografia temática: caderno de mapas. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

Bibliografia Complementar:

BORGES, A de C. Exercícios de Topografia. 3 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2013.
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2 Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.
NOVO, E. M. L. de M. Sensoriamento Remoto: Princípios e aplicações. 4 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.
MANZOLI, A.; MUNIZ, C. Desenho técnico. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015.
ROLNIK, S. Cartografia Sentimental - Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2006.

OFICINA DE EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO I

O desenho como meio de expressão. Materiais de desenho. Luz e sombra, cores e texturas. Técnicas de desenho livre. Croqui. Representação gráfica à mão livre para arquitetura. Perspectivas paralelas e cônicas à mão livre. Lugares geométricos e noções básicas de geometria descritiva. Normas técnicas de representação em arquitetura. Caligrafia técnica. Composição de prancha de desenho. Sistemas de representação ortogonal em arquitetura: plantas, cortes e elevações.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Desenho para arquitetos. Porto Alegre: Bookman, 2012.
CHING, F. D. K. Representação Gráfica em Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
CURTIS, B. Desenho de Observação. Porto Alegre: AMGH, 2015.

Bibliografia Complementar:

MANZOLI, A.; MUNIZ, C. Desenho técnico. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015.
MONTENEGRO, Gildo A. Geometria descritiva: volume 1. São Paulo: E. Blucher, 2016.
NETO, Euclides Guimarães. Desenho de arquiteto: croquis, estudos e anotações. Belo Horizonte: AP Cultural, 2007.
PHILIP, B.; PIYASENA, S. Desenhe! São Paulo: Gustavo Gili, 2015.
TRAVIS, Stephanie. Sketching para arquitetura e design de interiores: do móvel ao edifício. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

OFICINA DE EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO II

Ementa: Representação gráfica da paisagem urbana, do objeto arquitetônico e elementos da paisagem. Detalhes arquitetônicos: esquadrias, escadas, rampas e coberturas. Figura humana e humanização das composições com elementos gráficos complementares. Perspectiva técnica. Colagens e métodos auxiliares de ilustração.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Desenho para arquitetos. Porto Alegre: Bookman, 2012.
DOYLE, M. E. Desenho a cores: técnicas de desenho de projeto para arquitetos, paisagistas e designers de interiores. Porto Alegre: Bookman, 2001.
MONTENEGRO, G. A. A perspectiva dos profissionais. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.

Bibliografia Complementar:

CHING, F. D. K. Representação gráfica em Arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
HUTCHISON, Edward. O desenho no projeto da paisagem. São Paulo: Gustavo Gili, 2012.
RICHARDS, J.. Freehand drawing & discovery: urban sketching and concept drawing for designers. New Jersey: Wiley, 2013.
SILVA, A. C. R. Desenho de vegetação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Edgard Blucher, 2009.
THORSPECKEN, T. Urban sketching: guia completo de técnicas de desenho urbano. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OFICINA DE EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO III

Decomposição e recomposição de figuras planas e sólidos. Representação volumétrica de espaços arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos, sistemas estruturais e detalhes construtivos. Forma, cor, proporção e textura. A materialidade dos modelos e maquetes. Interpretação e modificação de curvas de nível.

Bibliografia Básica:

CONSALES, L. Maquetes: a representação do espaço no projeto arquitetônico. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
DUNN, N. Maquetas de arquitetura: médios, tipos e aplicación. Barcelona: Blume, 2010.
MILLS, C. B. Projetando com maquetes. Porto Alegre: Bookman, 2007.

Bibliografia Complementar:

BAUDRILLARD, J. O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva, 2008.
MUNARI, Bruno. Das coisas nascem as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
OSTROWER, FAYGA. Acasos e criação artística. Rio de Janeiro : Campus, 2013.
RAUSS, Rosalind E. Caminhos da escultura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
UNWIN, S. Exercícios de arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2013.

OFICINA DE EXPRESSÃO E REPRESENTAÇÃO IV

Computação gráfica e suas aplicações na produção e representação bidimensional/tridimensional de projetos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos. Introdução às tecnologias de representação gráfica assistidas por computador. Programação visual de projetos em arquitetura e urbanismo; estudo de plástica e modelagem 3D como suporte à elaboração de projetos. Técnicas de tratamento e produção de imagens no âmbito da arquitetura e do urbanismo.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
FARRELY, L. Drawing for Urban Design. London: Ed. Laurence King, 2011.
MÜLLER-BROCKMANN, Josef. Sistemas de grelhas: Um manual para designers gráficos. 3 ed. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2012.

Bibliografia Complementar:

DABNER, D; ZEMPOL, E; STEWART, S. Curso de design gráfico princípios e práticas. 1 ed. São Paulo: Editora Gustavo Gili, 2014.
LEMO, A. A cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Sulina, 2004.
LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.
MANZOLI, A.; MUNIZ, C. Desenho técnico. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015.
PELLEGRINO, P.; CORAY, D. Arquitectura y Informática. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

*Eixo Tecnologia***CANTEIRO EXPERIMENTAL I**

Noções de história e evolução das técnicas e culturas construtivas. Execução de estruturas simples de reconhecida eficiência formal, estrutural e econômica (geodésica, parabolóide hiperbólico, yurt, abóbadas, etc.). Desenvolvimento de projeto e execução de um aparato construído envolvendo o desenvolvimento de relações criativas entre forma e estrutura, avaliando os impactos ambientais e a viabilidade econômica.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2001.
LENGEN, J. Manual do arquiteto descalço. São Paulo: B4, 2014.
REBELLO, Y. C. P. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Zigurate, 2000.

Bibliografia Complementar:

CHING, F. D. K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. São Paulo: Bookman, 2013.
ENGEL, H. Sistemas de estructuras: sistemas estruturais. Barcelona: G. Gili, 2001.
LENGEN, Johan van. Arquitetura dos Índios da Amazônia. Jandira: B4 Editores, 2013.
MINKE, Gernot. Manual de Construção com Terra: uma arquitetura sustentável. Jandira: B4 Editores, 2015.
PEREIRA, M. A.; BERARDO, A. L. Bambu de corpo e alma. 2 ed. Bauru: Canal 6 Projetos Editoriais, 2016.

CANTEIRO EXPERIMENTAL II

Projeto de aparato a ser implantado em espaço urbano envolvendo execução, ensaios e observação de técnicas construtivas com princípios de coordenação modular e elementos de pré-fabricação. Ênfase na escolha dos materiais como princípio de projeto.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Técnicas de construção ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2001.
BAUER, F. Materiais de construção. Vol I e II. São Paulo. LTC, 2000.
REBELLO, Y. C. P. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Zigurate, 2000.

Bibliografia Complementar:

ENGEL, H. Sistemas de estructuras: sistemas estruturais. Barcelona: G. Gili, 2001.
HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
PEREIRA, M. A.; BERARDO, A. L. Bambu de corpo e alma. 2 ed. Bauru: Canal 6 Projetos Editoriais, 2016.
SALGADO, Júlio César Pereira. Técnicas e práticas construtivas para edificação. 3ed. São Paulo: Editora Érica, 2014.
SORIANO, H. L. Estática das estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

CANTEIRO EXPERIMENTAL III

Aproximações ao canteiro de obras convencional e sua organização através de visitas guiadas e exercícios de crítica. Experimentações de execução e aplicação de acabamentos na construção. Noções de inspeção e manutenção de edifícios.

Bibliografia Básica:

ADDIS, Bill. Reuso de materiais e elementos de construção. São Paulo: Oficina de textos, 2010.
AZEREDO, H. A. Edifício e seu acabamento. São Paulo: Blücher, 1998.
GOMIDE, T. et al. Técnicas de inspeção e manutenção predial. São Paulo: PINI, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, M. C. F. Estruturas isostáticas. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
ENGEL, H. Sistemas de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: G. Gili, 2001.
HIBBELER, R. C. Resistência dos materiais. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.
PINI. Construção passo-a-passo. Vol. 1. São Paulo: Pini, 2013.
SORIANO, H. L. Estática das estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

CONFORTO AMBIENTAL I

Estudos a respeito da inter-relação da arquitetura com as variáveis climáticas, técnicas construtivas e propriedades dos materiais. Necessidades humanas em relação ao conforto térmico e suas atividades desenvolvidas dentro do espaço construído. Noções de climatologia e bioclimatismo. Transmissão de calor. Trocas de calor entre edificações e o meio ambiente. Aplicação dos materiais de construção. Estudos de insolação, e elementos de proteção solar. Desempenho térmico da edificação. Ventilação natural e artificial. Exercício de aplicação prática no processo de projeto arquitetônico.

Bibliografia Básica:

COSTA, E. C. Física aplicada à construção: conforto térmico. São Paulo: Edgar Blücher, 1991.
FROTA, A. B; SCHIFFER, S. R. Manual de Conforto Térmico. São Paulo: Studio Nobel, 2003.
GARTLAND, Lisa. Ilhas de calor: como mitigar zonas de calor em áreas urbanas. Tradução Silvia Helena Gonçalves. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, L; CÂNDIDO, C. Introdução a Ventilação Natural. Maceió: Edufal, 2015.
BARBIRATO, G. M. Clima e cidade: a abordagem climática como subsídio para estudos urbanos. Maceió: Edufal, 2007.
BURKE, B; KEELER, M. Fundamentos de projetos de edificações sustentáveis. Porto Alegre: Bookman, 2010.
GONÇALVES, Joana Carla Soares; BODE, Klaus. Edifício Ambiental. Oficina de textos. São Paulo. 2015.
WASSOUF, Micheel. Da casa passiva à norma Passivhaus - A arquitetura passiva em climas quentes. São Paulo. Editora GG. 2014.

CONFORTO AMBIENTAL II

Estudos a respeito dos princípios técnicos, práticas projetuais e construtivas da Acústica aplicada à Arquitetura e Urbanismo. Estudo da importância, dos sons, ruído, vibrações, na cidade, nos edifícios e os princípios básicos da acústica para concepção, a organização e o dimensionamento do ambiente construído. Cálculo acústico. Desempenho acústico da edificação e estudos urbanos.

Bibliografia Básica:

BISTAFA, S. R. Acústica Aplicada ao Controle do Ruído. São Paulo: Blücher, 2011.
COSTA, E. Acústica Técnica. São Paulo: Edgar Blücher, 2003.
SOUZA, L. C. L; GUEDES, M. Bê-á-bá da acústica arquitetônica. São Carlos: Edufscar, 2007.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, E. Acústica de Salas: Projeto e modelagem. São Paulo: Edgar Blücher, 2016.
GRUNOW, E. Acústica questão ambiental. São Paulo: C4, 2008.
MURGEL, E. Fundamentos de acústica ambiental. São Paulo: SENAC, 2007.
SANTOS, J. L. P. Isolamento Sonoro de partições arquitetônicas. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.
VALLE, S. Manual prático de acústica. Rio de Janeiro: Música & Tecnologia, 2009.

CONFORTO AMBIENTAL III

Estudos a respeito dos princípios técnicos, práticas projetuais e construtivas da Iluminação aplicada à Arquitetura e Urbanismo. Problemática da iluminação natural e artificial no interior dos edifícios. Cálculo lumínico. Desempenho Lumínico. Eficiência Energética. Metodologias auxiliares do projeto arquitetônico ao atendimento das necessidades humanas aos requisitos do conforto lumínico.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, R. B. Etiquetagem e Eficiência energética. Curitiba: Appris, 2015.
MOREIRA, V. A. Iluminação elétrica. São Paulo: E. Blücher, 1999.
TREZENGA, P; LOE, D. Projeto de Iluminação. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Bibliografia Complementar:

- COSTA, G. J. C. Iluminação econômica: cálculo e avaliação. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.
GUERRINI, D. P. Iluminação: Teoria e Projeto. São Paulo: Érica, 2008.
HEYWOOD, H. 101 Regras Básicas para uma arquitetura de baixo consumo energético. Barcelona: Gustavo Gili, 2015.
ROMERO, M. A. R. Eficiência Energética em Edifícios. Barueri: Manole, 2012.
SILVA, M. L. Iluminação: Simplificando o projeto. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

GESTÃO DE OBRAS E PROJETOS

Gestão de obras e custo das decisões arquitetônicas. A interação entre os projetos arquitetônicos e complementares. Técnicas de especificação e orçamento. Planejamento de obras. Organização espacial de canteiros de obra. Gestão do processo: organização de etapas e cronogramas, caminhos críticos, logística de materiais e equipamentos. Controle de qualidade. Planos de manutenção.

Bibliografia Básica:

- BORGES, A. C. Prática das Pequenas Construções - Vol. 1. 9 ed. São Paulo: Blucher, 2009.
GOLDMAN, P. Introdução ao Planejamento e Controle de Custos na Construção Civil. São Paulo: PINI, 2004.
LIMMER, C. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

Bibliografia Complementar:

- BAUER, F. Materiais de construção. Vol I e II. São Paulo: LTC, 2000.
BRUSCHI, D. M; RIBEIRO, A. M; PEIXOTO, M. C. D; SANTOS, R. C. S; FRANCO, R. M. Manual de saneamento e proteção ambiental. Belo Horizonte: FEAM, 2002.
JURAN, J. Qualidade desde o projeto: os novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1992.
MASCARÓ, J. O custo das decisões arquitetônicas. Porto Alegre: +4, 2006.
YAZIGI, W. A Técnica de Edificar, São Paulo: PINI, 1998.

INFRAESTRUTURA URBANA

Noções de infraestrutura urbana. A estruturação urbana. Crescimento e expansão urbana; Subsistemas de Infraestrutura Urbana: Abastecimento de água; drenagem urbana; esgotamento sanitário; sistemas de circulação; instalações elétricas e de telecomunicações na cidade; coleta, deposição e manejo do lixo doméstico.

Bibliografia Básica:

- BOTELHO, M. H. C. Saneamento básico. São Paulo: Blucher, 1995.
MASCARÓ, J. L. Desenho urbano e custos de urbanização. Brasília: D. C. Luzatto, 1987.
MASCARÓ, J. L. Infra-estrutura urbana. Porto Alegre: +4, 2005.

Bibliografia Complementar:

- BARROS, R. T. V; CHERNICHARO, C. A. L; HELLER, L; SPERLING, M. V.. Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios. Belo Horizonte: Escola de Engenharia da UFMG. 1995.
CANHOLI, A. P. Drenagem urbana e controle de enchentes. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.
HELLER, L; PÁDUA, V. L. Abastecimento de água para consumo humano. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
MASCARÓ, J. L. Loteamentos Urbanos. Porto Alegre: +4, 2005.
MORETTI, R. S. Loteamentos: Manual de recomendações para elaboração de projeto. São Paulo: IPT, 1986.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Conceitos básicos de instalações elétricas de baixa tensão, de segurança (SPDA) e de comunicação prediais (equipamentos, circuitos, aterramento, dispositivos de proteção e manobra, correntes, lógica) com enfoque sistêmico no processo de projeto. Noções de eficiência energética. Lançamento de diretrizes elétricas de projeto a nível de anteprojeto ou projeto básico. Noções de luminotécnica. Relações e implicações do projeto elétrico na concepção espacial e materialidade da obra. Relação dos sistemas prediais com os sistemas urbanos.

Bibliografia Básica:

- CREDER, H. Instalações elétricas. São Paulo: LTC, 1995.
CRUZ, E. C. A.; ANICETO, L. A. Instalações elétricas - fundamentos, prática e projetos em instalações residenciais e comerciais. São Paulo: Editora Érica, 2011.
NERY, N. Instalações elétricas - princípios e aplicações. São Paulo: Editora Érica, 2011.

Bibliografia Complementar:

- LIMA FILHO, D. Projetos de Instalações Elétricas Prediais. São Paulo: Érica, 1997.
MAMEDE FILHO, J. Instalações Elétricas Industriais. São Paulo: LTC, 1987.
MOREIRA, V. Iluminação Elétrica. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
SILVA, M. Luz, Lâmpadas e Iluminação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004.
AZEREDO, H. A. Edifício e seu acabamento. São Paulo: E. Blücher, 1998.

INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS

Conceitos básicos de instalações hidrossanitárias prediais (água fria, água quente, esgoto, águas pluviais e prevenção e combate a incêndio) com enfoque sistêmico no processo de projeto. Lançamento de diretrizes hidrossanitárias de projeto a nível de anteprojeto ou projeto básico. Relações e implicações do projeto hidrossanitário na concepção espacial e materialidade da obra. As instalações hidrossanitárias e a questão da sustentabilidade. Relação dos sistemas prediais com os sistemas urbanos. Sistemas individuais e coletivos de tratamento de esgotos.

Bibliografia Básica:

CREDER, H. Instalações Hidráulicas e Sanitárias. São Paulo: LTC, 1995.

MACINTYRE, A. J. Manual de Instalações - Hidráulica e Sanitárias. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MELO, V. O.; AZEVEDO NETTO, J. M. Instalações Prediais Hidráulico-Sanitárias. São Paulo: Blucher, 1988.

Bibliografia Complementar:

BITTENCOURT, C. PAULA, M. A. S. Tratamento de água e efluentes. São Paulo: Editora Érica, 2014.

CARVALHO JUNIOR, R. Patologias em sistemas prediais hidráulico-sanitários. São Paulo: Blucher, 2013.

MACINTYRE, A. J. Instalações Hidráulicas - Prediais e Industriais. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MANCUSO, P.; SANTOS, H. (org.). Reuso de Água. São Paulo: Monole, 2003.

TOMAZ, P. Aproveitamento de água de chuva. São Paulo: Navegar, 2003.

SISTEMAS ESTRUTURAIS I

Estática dos pontos materiais e dos corpos rígidos. Forças distribuídas. Centróides e momentos de inércia de superfícies. Tração, Compressão e Cisalhamento. Análise das tensões e deformações, flexão simples. Flambagem.

Bibliografia Básica:

BEER, F. P.; JOHNSTON JUNIOR, E. R.; EISENBERG, E. R. Mecânica dos Materiais. Porto Alegre: AMGH, 2011.

BEER, F. P.; JOHNSTON JUNIOR, E. R.; DEWOLF, J. T. Mecânica Vetorial para Engenheiros: Estática. Porto Alegre: AMGH, 2011.

HIBELLER, R. C. Estática - Mecânica para Engenharia. São Paulo: Editora Pearson, 2011.

SILVA, Artur Portela e Arlindo. Mecânica dos Materiais. Brasília: UnB, 2006.

Bibliografia Complementar:

BUCHAIM, Roberto. Estruturas de Resposta Linear. Londrina: Eduel, 2010.

MERIAM, J. L. Mecânica para Engenharia: Estática. Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

HIBELLER, R. C. Estática: Mecânica para Engenharia. São Paulo: Pearson Education – BR, 2011.

HIBELLER, R. C. Resistência dos Materiais. São Paulo: Pearson Education – BR, 2010.

NASH, W. A.; POTTER, M. C. Resistência dos Materiais. Porto Alegre: Bookman, 2014.

SISTEMAS ESTRUTURAIS II

Reações de apoio em estruturas isostáticas planas. Estática das construções. Classificação das estruturas quanto à estaticidade. Esforços simples: normal, cortante e momento fletor. Linhas de estado. Diagramas de esforços solicitantes em vigas, pórticos planos. Treliças.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, M. C. F. Estruturas Isostáticas. São Paulo: Oficinas de textos, 2009.

ENGEL, H. Sistemas de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: G. Gili, 2001.

SORIANO, H. L. Estática das Estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2013.

Bibliografia Complementar:

CHING, F. D. K.; ONOUUYE, B. S.; ZUBERBUHLER, D. Sistemas Estruturais Ilustrados: Padrões, Sistemas e Projeto. Porto Alegre: Bookman, 2015.

DIAS, Antônio; MALITE, Maximiliano; MUNAIR, Jorge. Sistemas Estruturais. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2015.

MARTHA, L. F. Análise das Estruturas: Conceitos e Métodos Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

VIERO, E. Isostática Passo a Passo: Sistemas Estruturais em Engenharia e Arquitetura. Caxias do Sul: EducS, 2011.

SISTEMAS ESTRUTURAIS III

Estudo sobre a história do concreto armado e suas propriedades, avaliação de projetos e obras importantes executadas em concreto armado, entendimento sobre o arranjo estrutural e seu funcionamento. Lançamento estrutural de edificações de pequeno porte e edifícios. Dimensionamento e detalhamento dos elementos estruturais: lajes, vigas, pilares e fundações. Conciliação do projeto arquitetônico com o projeto estrutural em concreto armado.

Bibliografia Básica:

BOTELHO, M. H. C.; MARCHETTI, O. Concreto Armado Eu Te Amo. Vol. 2. São Paulo: Blucher, 2015.

CLIMACO, João Carlos Teatini de Souza. Estruturas de Concreto Armado. Brasília: Editora UNB, 2016.
SANTOS, José Sergio dos. Desconstruindo o Projeto Estrutural de Edifícios: Concreto Armado e Protendido. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2017.

Bibliografia Complementar:

DIEZ, G. Projeto Estrutural na Arquitetura. Porto Alegre: +4, 2012.
REBELLO, Y. C. P. Bases para Projeto Estrutural na Arquitetura. São Paulo: Zigurate, 2008.
REBELLO, Y. C. P. A Conceção Estrutural e a Arquitetura. São Paulo: Zigurate, 2000.
REBELLO, Y. C. P. Estruturas de Aço, Concreto e Madeira: Atendimento da Expectativa Dimensional. São Paulo: Zigurate, 2005.
REBELLO, Y. C. P. Fundações: Guia Prático de Projeto, Execução e Dimensionamento. São Paulo: Zigurate, 2008.

SISTEMAS ESTRUTURAIS IV

Princípios básicos e noções de dimensionamento de estruturas metálicas. Perfis estruturais. Propriedades mecânicas do aço. Ações e segurança. Flexão das vigas em regime elástico. Tipos de ligações. Anatomia da madeira, propriedades físicas e mecânicas da madeira. Noções sobre dimensionamento em estruturas de madeira. Sistemas estruturais em madeira: Tesouras, treliças, pontes, passarelas, arcos e etc. Processos de tratamento, preservação e manutenção da edificação em madeira.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Sebastião; VELLASCO, Pedro. Comportamento e Projeto de Estruturas de Aço. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2017.
JANARONI. Estruturas de Aço. Dimensionamento de Perfis Formados a Frio. São Paulo: Editora Campus, 2014.
RUTMAN, Jacques. Estruturas Metálicas: Projetos e Detalhes. São Paulo: Editora J. J. Carol, 2014.

Bibliografia Complementar:

CALIL JUNIOR, C. Coberturas em Estruturas de Madeira: Exemplos de Cálculo. São Paulo: PINI, 2010.
FONSECA, A. C. Estruturas Metálicas: Cálculos, Detalhes, Exercícios e Projetos. São Paulo: Blucher, 2005.
DIAS, L. A. M. Edificações de Aço no Brasil. São Paulo: Zigurate, 2015.
PFEIL, W. Estruturas de Aço: Dimensionamento Prático. Rio de Janeiro: LTC, 2009.
PFEIL, W. Estruturas de Madeira. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Eixo Conceção

ARQUITETURA DA PAISAGEM

A intervenção na paisagem urbana: projeto de espaços livres e de espaços vinculados a edificação. Metodologia e representação gráfica de projetos de Arquitetura da Paisagem e sua relação com a cidade. A vegetação, suas formas e usos na configuração de paisagens e projetos de paisagismo. Sustentabilidade e paisagismo socioambiental.

Bibliografia Básica:

ABBUD, B. Criando Paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística. São Paulo: Senac, 2006.
ALEX, S. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Senac, 2008.
HUTCHISON, E. O desenho no projeto da paisagem. São Paulo: Gustavo Gili Brasil, 2012.

Bibliografia Complementar:

CULLEN, G. Paisagem Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
LORENZI, H. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo das plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Plantarum, 1992.
LORENZI, H. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. Nova Odessa: Plantarum, 1995.
WATERMAN, T. Fundamentos de paisagismo. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FORMA, ESPAÇO E ORDEM

Introdução ao estudo da forma arquitetônica. Princípios de organização, estruturação e composição da forma no espaço. Teoria da forma no espaço. Relações entre formas e entre forma e espaço; cheios e vazios, luz e sombra; superfície, textura e cor. Experimentações plásticas em duas e três dimensões.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. Porto Alegre: Bookman, 2013.
CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
UNWIN, S. Exercícios de arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar:

FILHO, J. G. Gestalt do objeto: sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escritura, 2009.
MILLS, C. B. Projetando com maquetes. Porto Alegre: Bookman, 2007.
NEUFERT, E. Arte de projetar em Arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
PANERO, J.; ZELNIK, M. Dimensionamento humano para espaços interiores: um livro de consulta e referência para projetos. Barcelona: Gustavo Gili, 2015.
SILVA, Elvan. Uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Princípios teóricos e práticos do Planejamento Urbano e Regional. Os modelos de planejamento urbano no Brasil; legislação urbano-ambiental; ferramentas legais para o planejamento urbano-ambiental: Estatuto das Metrôpoles e Estatuto das Cidades, Planos diretores e setoriais, convênios intermunicipais. Escolha de uma região com agrupamento de cidades para a elaboração de um plano regional. Coleta de dados da região: aspectos demográficos, socioeconômicos, institucionais, administrativos, físico-territoriais, ambientais, estrutura viária. Levantamento das potencialidades da região. Elaboração de diretrizes para Urbanidade, Acessibilidade, Seguridade e Sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

ALOCHIO, L. H. A. Plano diretor urbano e estatuto das cidades. Belo Horizonte: Forum, 2010.
GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueiras. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.
SALGADO, I.; BERTONI, A. Da construção do território ao planejamento das cidades. São Paulo: Rima, 2011.

Bibliografia Complementar:

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM; EDUSP, 1999.
FOLMANN, M.; F., Iara P.; SABATOVSKI, E. Estatuto da cidade. Curitiba: Juruá, 2012.
MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.
SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
VILLAÇA, F. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

PROJETO ARQUITETÔNICO I

Abordagens conceituais e metodológicas do projeto arquitetônico. Programas, partidos e estudos preliminares. Definição e dimensionamento dos espaços e formas em arquitetura. Relações entre espaços internos e externos. A implicação de aspectos ambientais na concepção do objeto arquitetônico. Elaboração de estudo preliminar, de baixa complexidade, de programa a partir dos modos de habitar. Aplicação de modelos tridimensionais e recursos gráficos na concepção, desenvolvimento e comunicação do projeto.

Bibliografia Básica:

NEVES, L. P. Adoção do partido na arquitetura. Salvador: EDUFBA, 2012.
SILVA, Elvan. Uma introdução ao projeto arquitetônico. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
ZABALSBEACOA, A. Tudo sobre a casa. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

Bibliografia Complementar:

ENGEL, H. Sistema de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
RYBCZYNSKI, W. La casa: historia de una idea. Madri: Nerea, 2009.
UNWIN, S. Exercícios de arquitetura: aprendendo a pensar como um arquiteto. Porto Alegre: Bookman, 2013.
ZEVI, Bruno. Saber ver arquitetura. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, 2009.

PROJETO ARQUITETÔNICO II

Interação entre projeto arquitetônico e as dinâmicas do espaço urbano com ênfase na elaboração do programa de necessidades a partir da leitura das diferentes escalas de intervenção, aspectos e demandas do usuário e da comunidade. Leitura técnica da área a ser trabalhada, estudo topográfico, aspectos climáticos e acessibilidade. Produção de anteprojeto, de média complexidade, de programa de caráter cultural. Aplicação de modelos tridimensionais e recursos gráficos na concepção, desenvolvimento e comunicação do projeto.

Bibliografia Básica:

KOWALTOWSKI, D. O processo de projeto em arquitetura: da teoria à tecnologia. São Paulo: FAPESP, 2011.
NEVES, Laert Pedreira. Adoção do partido na arquitetura. Salvador: EDUFBA, 2012.
PIÑON, Hélio. Teoria do Projeto. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2007.

Bibliografia Complementar:

CASACA, J.M.; MATOS, J.L.; DIAS, J.M.B. Topografia Geral. 4 ed. São Paulo: Ed. LTC, 2011.
FARRELLY, L. Fundamentos de arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014.
MONTENEGRO, Gildo. A invenção do projeto. São Paulo: Edgard Blucher, 1987.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: Editora da UnB, 2014.

PROJETO ARQUITETÔNICO III

Diálogo entre investigações teórico-conceituais e a dimensão executiva do projeto arquitetônico, adotando sistema estrutural em concreto. Metodologias de estudo e análise da paisagem como diretrizes para o projeto arquitetônico. Relação entre programa/sítio/entorno construído e/ou natural. Produção de anteprojeto, de média complexidade, de programa de caráter institucional. Síntese da proposição representada a partir de recursos e elementos gráficos digitais, desenho técnico e modelos tridimensionais na concepção, desenvolvimento e comunicação do projeto.

Bibliografia Básica:

ENGEL, H. Sistema de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
FARRELLY, L. Fundamentos de arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2014.
PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: Editora da UnB, 2014.

Bibliografia Complementar:

FARRELLY, L. Técnicas de representação. Porto Alegre: Bookman, 2011.
LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
PHILIPS, D.; YAMASHITA, M. Detalhes construtivos da arquitetura contemporânea com concreto. Porto Alegre: Bookman, 2012.
RASMUSSEN, S.E. Arquitetura vivenciada. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PROJETO ARQUITETÔNICO IV

Diálogo entre investigações teórico-conceituais e a dimensão executiva do projeto arquitetônico, adotando sistema estrutural em aço e/madeira. Interface com tecnologias de construção, conforto lumínico e acústico e morfologia urbana. Produção de projeto básico com detalhamento, de alta complexidade, de programa de saúde ou educação. Aplicação de modelos tridimensionais e recursos gráficos na concepção, desenvolvimento e comunicação do projeto.

Bibliografia Básica:

KOWALTOWSKI, D. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: FAPESP, 2011.
LIMA, J. F. L. Arquitetura: uma experiência na área de saúde. São Paulo: Romano Guerra, 2012.
MONTANER, J. M. Sistemas arquitetônicos contemporâneos. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

Bibliografia Complementar:

ENGEL, H. Sistema de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
CHING, F. D. K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2011.
FARRELLY, L. Técnicas de representação. Porto Alegre: Bookman, 2011.
ROMERO, Marta Adriana Bustos. Arquitetura Bioclimática do Espaço Público. Brasília: Editora UnB, 2007.

PROJETO ARQUITETÔNICO V

Planejamento e projeto do espaço habitacional dos grupos de baixa renda. Conceitos de habitação e habitar. O processo histórico de produção da habitação social nas sociedades industriais capitalistas. Formas contemporâneas de habitar da classe trabalhadora brasileira. Adequação e integração do habitar ao meio urbano.

Bibliografia Básica:

BONDUKI, N. Os pioneiros da habitação social - Vol. 1: cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP; SESC, 2014.
MONTANER, J. M. La arquitectura de la vivienda colectiva: políticas y proyectos en la ciudad contemporánea. Barcelona: Reverté, 2015.
VIGLIECCA, H. O Terceiro Território - Habitação Coletiva e Cidade. São Paulo: Zamboni, 2015.

Bibliografia Complementar:

BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.
ENGELS, F. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015.
FRENCH, H. Os mais importantes conjuntos habitacionais do século XX: planta, cortes e elevações. Porto Alegre: Bookman, 2009.
HUGUENIN, J. P. O. O território do homem comum: apropriações cotidianas do espaço em cooperativas habitacionais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
MARICATO, E. Habitação e Cidade. 7 ed. São Paulo: Atual, 2004.

PROJETO ARQUITETÔNICO VI

Projeto de intervenção em imóveis e/ou conjuntos edificados de interesse cultural. Repertório técnico: caracterização, estruturação, capacitações e recursos; aspectos normativos, econômicos e ambientais; aplicações. História e teorias da restauração. Conservação e restauro: critérios e técnicas. Leitura do valor simbólico do bem. Documentação e levantamento arquitetônico. Metodologias de diagnóstico do patrimônio arquitetônico e urbano. Elaboração de plano de manutenção.

Bibliografia Básica:

CHING, F. D. K.; ADAMS, C. Técnicas de Construção Ilustradas. Porto Alegre: Bookman, 2001.
BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural / Elaboração J. H. Gomide, P. R. da Silva, S. M. N. Braga. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.
KLUPPEL, G. P.; SANTANA, M. C. Manual de Conservação Preventiva para Edificações. Brasília: Programa Monumenta, 2000.

Bibliografia Complementar:

- BOITO, C. Os restauradores. Cotia: Ateliê Editorial, 2002.
BRANDI, C. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
MAYUMI, Lia. Taipa-Canela-Preta e Concreto. Estudo sobre restauro de casas bandeiristas. São Paulo: Ed. Romano Guerra, 2008.
RUSKIN, J. A lâmpada da memória. Trad. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
VIOLETT-LE DUC, E. E. Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

PROJETO ARQUITETÔNICO VII

Projeto de edifício em altura, com ênfase na integração das dinâmicas do espaço urbano com o projeto arquitetônico e avaliação crítica da legislação. Produção de projeto básico com detalhamento, de alta complexidade. Aplicação de modelos tridimensionais e recursos gráficos na concepção, desenvolvimento e comunicação do projeto.

Bibliografia Básica:

- AZEREDO, H. A. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Edgard Blucher, 1995.
REBELLO, Y. A concepção estrutural e a arquitetura. São Paulo: Ziguarte, 2016.
REBELLO, Y. Estruturas de aço, concreto e madeira: atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Ziguarte, 2014.

Bibliografia Complementar:

- BAUER, L. A. F. Materiais de construção. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
ENGEL, H. Sistema de estruturas: sistemas estruturais. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
MASCARÓ, J. L. O custo das decisões arquitetônicas. Porto Alegre: MasQuatro Editora, 2006.
NEUFERT, E. Arte de projetar em arquitetura. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.
PINI. Construção passo-a-passo. Vol. 1. São Paulo: Pini, 2013.

PROJETO URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO I

Teorias e prática de projeto em área de expansão e/ou grandes vazios urbanos relacionados aos sistemas de infraestrutura, à legislação urbanística, à acessibilidade e à mobilidade. Instrumentos e técnicas de manejo dos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo e parcelamento. Densidade, formas urbanas e arquitetônicas, relação com o entorno e o espaço urbano-regional pré-existente, impacto ambiental, espaços públicos e privados.

Bibliografia Básica:

- ACIOLY, C.; DAVIDSON, F.. Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
MASCARÓ, J. Loteamentos urbanos. Porto Alegre, Masquatro, 2005.
PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J. Formas Urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Bibliografia Complementar:

- CASTELLO, I. R. Bairros, loteamentos e condomínios: elementos para o projeto de novos territórios habitacionais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
GEHL, J. Cidades para as pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2015.
MASCARÓ, J. (Org.). Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte. Porto Alegre: Masquatro, 2010.
MELHADO, A.R.; SANTOS, A.; GURGEL, A.; MELHADO, S. Projetar e Construir Bairros Sustentáveis. São Paulo: PINI, 2013.
MORRIS, A.E.J. Historia de la forma urbana: desde sus origenes hasta la revolucion industrial. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

PROJETO URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO II

Revitalização de áreas urbanas consolidadas em processo de conflito espacial e de usos. A organização espacial: centralidades, funções e atividades urbanas. Patrimônio cultural e paisagístico. Preservação e renovação. Uso e ocupação do solo urbano. Legislação urbanística. Infraestrutura urbana. Acessibilidade e mobilidade urbanas.

Bibliografia Básica:

- ASCHER, F. Os novos princípios do urbanismo. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
BRASIL, Ministério das Cidades/ Agencia Espanhola de Cooperação Internacional – AECI. Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais. Brasília: Ministério das Cidades; Agencia Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, 2008.
LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Bibliografia Complementar:

- CASTILHO, A. L. H.; VARGAS, H. C. (orgs.). Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2009.
FILHO, C. M. C. Reinventando o seu bairro: caminhos para você participar do planejamento da cidade. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
MONTANER, J. M. Sistemas arquitetônicos contemporâneos. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.
PEIXOTO, N. B. (org.). Intervenções urbanas: arte/cidade. São Paulo: SENAC, 2012.

PROJETO URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO III

Estrutura, forma e conteúdo do espaço urbano. Parâmetros urbanísticos e seu reatamento na configuração espacial. Projetos de alinhamento. Acessibilidade urbana. Mobiliário urbano. Arborização urbana. Projeto de redesenho urbano ou espaços livres de edificações.

Bibliografia Básica:

DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. Desenho Urbano contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
LYNCH, K. A boa forma da cidade. Lisboa: Edições 70, 2015.
SAKATA, F.M.G. Paisagismo Urbano - Requalificação e criação de imagens. São Paulo: EDUSP, 2012.

Bibliografia Complementar:

CAZORLA, M.P.; JAUME, G.O. Mobiliário Urbano: Diseño y accesibilidad. Valencia: Universidad Politecnica de Valencia - Servicio de Publicación, 2010.
CULLEN, G. Paisagem Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
LANG, J. Urban Design: a typology of procedures and products. Amsterdam: Elsevier, 2005.
MASCARÓ, J.; MASCARÓ, E. A. R. Vegetação Urbana. Porto Alegre: Masquatro, 2005.
ROBBA, F.; MACEDO, S. Praças brasileiras. São Paulo: Edição Edusp, 2002.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

Síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação. Orientação geral para a elaboração de propostas (plano de trabalho) referentes ao trabalho de conclusão de curso. Metodologias científicas para produção do trabalho escrito (caderno teórico). Metodologias de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Tema de livre escolha do aluno no âmbito da atribuição do arquiteto e urbanista. Leitura crítica das demandas da sociedade. Avaliação do processo de aprendizados dos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás.

Bibliografia Básica:

ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2014.
LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2007.
SERRA, G. G. Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Mandarim/Edusp, 2006.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2012.
GRAEFF, Edgar A. Arte e técnica na formação do arquiteto, Stúdio Nobel, 1995.
MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. Arquitetura e Política. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.
SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
SOLÁ-MORALES, I. Diferencias topografía de la arquitectura contemporânea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

Síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação. Metodologias de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Tema de livre escolha do aluno no âmbito da atribuição do arquiteto e urbanista. Leitura crítica das demandas da sociedade. Avaliação do processo de aprendizados dos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás.

Bibliografia Básica:

ABREU, E. S.; TEIXEIRA, J. C. A. Apresentação de trabalhos monográficos de conclusão de curso. 10ª ed. rev. ampl. Niterói: EdUFF, 2012.
ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 2014.
SERRA, G. G. Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Mandarim/Edusp, 2006.

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Porto Alegre: Editora ZOUK, 2012.
GRAEFF, Edgar A. Arte e técnica na formação do arquiteto, Stúdio Nobel, 1995.
MONTANER, J. M. Arquitetura e Crítica. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
SANTOS, M. Pensando o espaço do homem. São Paulo, EDUSP, 2004.
SOLÁ-MORALES, I. Diferencias topografía de la arquitectura contemporânea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

URBANIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS E MÉDIAS

Teorias e Conceitos sobre as cidades pequenas e médias. Princípios teóricos e práticos do Planejamento Urbano. Relação campo-cidade. Ênfase no Planejamento Municipal. Elaboração de diagnóstico, escolha dos objetos de intervenção, interlocução com as lideranças municipais, levantamento de dados, levantamento dos problemas e potencialidades do município. Elaboração do Caderno de metodologia, diagnóstico/potencialidades e diretrizes: expansão urbana, estruturação do espaço urbano, sistema viário e infraestrutura, equipamentos sócio urbanos, preservação ambiental, zoneamento e uso do solo, mapas temáticos e “ensaios urbanos” - modelagem das propostas apresentadas.

Bibliografia Básica:

BUENO, L. M. M.; CYMBALISTA, R. Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007.

LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (orgs.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso. Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2005.

Bibliografia Complementar:

ALOCHIO, L. H. A. Plano diretor urbano e estatuto das cidades. Belo Horizonte: Forum, 2010.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, M. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FOLMANN, M.; FONTOURA, I. P.; SABATOVSKI, E. Estatuto da cidade. Curitiba: Juruá, 2012.

SALGADO, I.; BERTONI, A. Da construção do território ao planejamento das cidades. São Paulo: Rima, 2011.

Eixo Crítica

A CIDADE E A LEI

Tendências da produção contemporânea da legislação urbanística. Implicações da legislação na produção do espaço. Princípios, diretrizes e instrumentos na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional. Competência dos entes federativos em matéria urbanística. Bens públicos e privados no direito urbanístico. Propriedade urbana. Instrumentos normativos da política urbana e do planejamento urbano: Plano Diretor; parcelamento, edificação, utilização compulsórios; IPTU progressivo; desapropriação; usucapião especial de imóvel urbano individual e coletivo; a concessão de uso especial para fins de moradia; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir; operações urbanas consorciadas; transferência do direito de construir; estudo de impacto de vizinhança; consórcios imobiliários; regularização fundiária; audiências e consultas públicas; Conselhos municipais. Sanções urbanísticas. Regiões metropolitanas.

Bibliografia Básica:

ALFONSIN, B. M. ; FERNANDES, E. (Org.) . A lei e a ilegalidade na produção do espaço urbano. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SÁ, A. J. Geografia do direito: as normas como formas sócio-espaciais. Recife: Ed. Universitária, 2013.

Bibliografia Complementar:

ALFONSIN, B. M. ; FERNANDES, E. (Org.) . A construção do Direito Urbanístico na América Latina. Belo Horizonte: Gaia Cultural - Cultura e Meio Ambiente, 2016.

ALFONSIN, B. M. ; FERNANDES, E. (Org.) . Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e implementar. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

SAULE JÚNIOR, N. Direito Urbanístico: vias jurídicas das políticas urbanas. Porto Alegre: SAFE, 2007.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

ARQUITETURA, CIDADE E SOCIEDADE.

Conceituação de arquitetura, espaço, cidade, urbanismo e sociedade. A arquitetura como uma experiência sociológica e cultural do seu tempo. As dimensões estética, social e política da arquitetura e do espaço urbano. Os agentes produtores do espaço urbano. O campo da arquitetura e do urbanismo. A função social do arquiteto-urbanista.

Bibliografia Básica:

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2008.

LEMOS, C. A. C. O que é arquitetura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Bibliografia Complementar:

ARANTES, P.F. Arquitetura Nova: Sergio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos Mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

GREGOTTI, V. Território da Arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2010.
MENEZES, C. O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima). São Paulo: Record, 2004.
MONTANER, J. M.; MUXI, Z. Arquitetura e Política. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.
ROLNIK, R. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANÁLISE DA PAISAGEM

Abordagem teórico-conceitual sobre a paisagem, considerando suas relações com os conceitos de ambiente e cultura. Contextualização histórico cultural dos conceitos de paisagem e paisagismo como subsídio ao projeto paisagístico. Paisagem urbana: tipologia e morfologia dos espaços públicos e privados; espaços de circulação e espaços de permanência. Questões teóricas contemporâneas de paisagismo e o enfoque ambiental.

Bibliografia Básica:

CULLEN, G. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2015.
MACEDO, S. Ss. Quadro do Paisagismo no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.
WATERMAN, T. Fundamentos de Paisagismo. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Bibliografia Complementar:

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
MACEDO, S. S. Paisagismo brasileiro na virada do século. São Paulo: EDUSP/Editora UNICAMP, 2012.
PANERAI, P. Análise urbana. Brasília: Ed. UnB, 2006.
REIS FILHO, N. G. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

ANTROPOLOGIA URBANA

Uma introdução à Antropologia. A Antropologia Urbana: objeto de investigação, abordagens, metodologias e análises. Panorama literário da Antropologia Urbana acerca das relações entre a sociedade e o espaço. A antropologia Urbana e a pesquisa etnográfica "na" e "da" cidade. Identidades e resistência das culturas afro-brasileiras e indígenas na cidade.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
VELHO, Gilberto (Org.). Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Bibliografia Complementar:

BUARQUE DE HOLANDA, S. Raízes do Brasil. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
CANCLINI, N. G. Culturas híbridas. 4 ed. São Paulo: Unesp, 2013.
CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). Antropologia das sociedades contemporâneas. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2010.
ROCHA, A. L. C. da. & ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J. & GUAZZELLI, C. A. B. (Org.). Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2008.

ECONOMIA POLÍTICA

Noções gerais sobre a Economia Política Clássica. Economia Política como ciência da totalidade. A categoria trabalho como central na Economia Política. Gênese, desenvolvimento e características do Modo de Produção Capitalista. Capitalismo, política e Estado: confrontações entre a arquitetura, o urbanismo e os Direitos Humanos. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e processo de valorização. A lei geral da acumulação capitalista. Economia Política e sua relação com a arquitetura e o urbanismo. Economia política da urbanização. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

MARX, K. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
NETTO, J. P. e BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo; Cortez Editora, 2007.
SINGER, P. Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

HUBERMAN, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
ENGELS, F. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, 2015.
ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.
MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril cultural, 1982.
MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da UNICAMP. 2002.

ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

Sociedade de consumo e processos urbanos. Os agentes produtores da cidade capitalista. Globalização e seus impactos no ambiente construído. A inter-relação entre ambiente construído e ambiente natural. A sustentabilidade e os impactos e conflitos ambientais da urbanização. Abordagens pós-modernas sobre a relação entre sociedade e natureza. Biopolítica e Sociedade de Risco.

Bibliografia Básica:

ACSELRAD, H. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MARICATO, E. Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, MILTON. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

Bibliografia Complementar:

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SENNETT, R. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

SIBILIA, P. O homem pós-orgânico. A alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

HISTÓRIA DA ARTE E ESTÉTICA

História e Arte: questões conceituais, abordagens contemporâneas. A História da Arte E Estudos de Cultura Visual: rupturas e transgressões. Categorias estéticas da história da arte. Panorama da História da Arte até o século XV. Arte do século XV ao XIX: do Renascimento ao Romantismo. Arte da segunda metade do século XIX, vanguardas artísticas do século XX, arte pós-moderna, contemporânea e arte urbana.

Bibliografia Básica:

ARGAN, G. C. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOMBRICH, E. H. A História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WÖLFFLIN, H. Conceitos fundamentais da história da arte. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Bibliografia Complementar:

ARCHER, M. Arte Contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARGAN, G. C. Guia de História da Arte. Lisboa: Estampa, 1992.

CAUQUELIN, A. Arte contemporânea: uma introdução. São Paulo; Martins Fontes, 2005.

JANSON, H. W. Iniciação à História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHIPP, H. B. Teorias da arte moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Introdução ao pensamento científico. As matrizes modernas do pensamento científico. A crise dos Paradigmas e o pensamento pós-moderno. O projeto de Pesquisa. Abordagens e técnicas de pesquisa.

Bibliografia Básica:

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar:

ALVES, R. Filosofia da Ciência. Introdução ao Jogo e as suas regras. São Paulo: Loyola, 2003.

CAPRA, F. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 2014.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. (orgs.). Pesquisa Social: teoria método e criatividade. Petrópolis; RJ: Vozes, 2015.

MORIN, E. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, B. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo; Córtes, 2003.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A problemática teórico-prática do Estado. Conceitos fundamentais de: Estado, Governo, Público e Privado, Mercado e Esfera Pública. Introdução às noções básicas de políticas públicas, a formação da cidadania moderna, o desenvolvimento da democracia, a formação da Agenda Pública, implementação e avaliação das políticas públicas. Inflexões dos conflitos de classe na formação da agenda pública de direito à cidade e suas diferentes formas de gestão de políticas públicas: tradução dos direitos a moradia, a mobilidade urbana, a questão agrária e fundiária e acessos a serviços e bens públicos. A utilização contemporânea do conceito de território, territorialidade e territorialização nas políticas urbanas brasileiras.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. (et al). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

KOGA, D. Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
PAULA, R. F.S. Estado Capitalista e Serviço Social: o neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Papel Social, 2016.

Bibliografia Complementar:

ABREU, M. H. El. Território, Política Social e Serviço Social. Campinas, Papel Social: 2016.
CASTEL, R. (et al). Desigualdade e a Questão Social. São Paulo: EDUC, 2008.
IOCKEN, S. N. Políticas Públicas: o controle do tribunal de contas. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014.
LEFEBVRE, H. Espaço e Política. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2008.
NEVES, A. V. Cultura Política e Democracia Participativa: um estudo sobre o orçamento participativo. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Conceituação de patrimônio cultural. Patrimônio Material e Imaterial. Identidade e memória coletiva. Evolução das formulações teóricas do campo do patrimônio: dos monumentos isolados à paisagem cultural. Normativas, agentes e instrumentos de acatamento dos bens culturais: critérios e técnicas. Políticas públicas e gestão do patrimônio cultural no mundo ocidental e no Brasil. Arqueologia histórica. A função social da preservação dos bens materiais. Os centros históricos e sua integração no tecido urbano. Valor social, cultural e econômico dos centros históricos na sociedade contemporânea. Gentrificação e participação social. Valorização dos processos imateriais da construção arquitetônica (saber-fazer) vernacular, afro-brasileira e indígena. Fundamentos da educação patrimonial.

Bibliografia Básica:

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil) Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
RIBEIRO, R. W.. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC, 2007.

Bibliografia Complementar:

CASTRIOTA, L. B.i. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.
IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.
JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
JEUDY, H. Espelho das Cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
LARAIA, R. B. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

TEORIAS E HISTÓRIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO I

Arquitetura, configuração urbana e ambiente construído da Pré-História ao final da Idade Média. Arquitetura e formação de cidades como fenômeno cultural. Expressões vernáculas e o cânone arquitetônico. Arquitetura e agrupamentos urbanos na América Pré-Colombiana, Mesopotâmia e Egito. Formação da Antiguidade Clássica, sua difusão e interpretações. Arquitetura paleocristã e românica. A Idade Média e o gótico. Expressões da arquitetura gótica em Portugal e na Espanha. Formação do Império Ultramarino Português.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, L. História da cidade. São Paulo: Perspectiva, 2015.
PEVSNER, N. Panorama da arquitetura ocidental. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
ZEVI, B. Saber ver a arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Bibliografia Complementar:

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
GOMBRICH, Ernst. A história da arte. São Paulo: LTC, 2000.
ROBERTSON, D. S. Arquitetura grega e romana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
RYKWERT, J. A casa de Adão no paraíso: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2009.
SUMMERSON, J. A linguagem clássica da arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

TEORIAS E HISTÓRIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO II

Arquitetura, cidade e paisagem no mundo moderno. Teoria e prática arquitetônica do longo Renascimento ao Neoclássico. A urbanística, a noção de território e o ambiente cultural nas principais cidades italianas entre os séculos XIV e XV. Ocupação das Américas portuguesa e espanhola. A Lei das Índias e a morfologia urbana. Formação de redes de vilas e cidades no território brasileiro entre os séculos XVI-XVIII. Formação e difusão do Barroco na Europa e nas Américas. Condicionantes da evolução urbana nas cidades brasileiras - Goiás e suas fases de crescimento.

Bibliografia Básica:

BITTAR, W. Arquitetura no Brasil: de Cabral a D. João VI. Rio de Janeiro: Milênio, 2013.
PEREIRA, José Ramón Alonso. Introdução à História da Arquitetura: das origens ao século XXI. Porto Alegre: Bookman, 2010.
KRUFT, H. História da teoria da arquitetura. São Paulo: EDUSP, 2016.

Bibliografia Complementar:

BAETA, R. E. O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII. Salvador: EDUFBA, 2012.
BICCA, B.; BICCA, P. (Org.). Arquitetura na formação do Brasil. Brasília: UNESCO; IPHAN, 2008.
COELHO, G. N. O espaço urbano em Vila Boa: entre o erudito e o vernacular. Goiânia: Editora da UCG, 2001.
GLANCEY, J. A História da Arquitetura. Trad. Luis C. Borges e Marcos Marcionilo. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
RASMUSSEN, S. E. Arquitetura vivenciada. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

TEORIAS E HISTÓRIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO III

Arquitetura, cidade e paisagem no século XIX. A sociedade industrial e sua dimensão urbana. A formação profissional entre as academias e escolas politécnicas. Historicismo, ecletismo e revoluções tecnológicas. A cidade moderna e o surgimento do Urbanismo enquanto campo disciplinar. Expressões arquitetônicas e principais núcleos urbanos no Brasil Imperial e Republicano. Reformas urbanas, vilas operárias e grandes equipamentos públicos. Expressões do Neoclássico e do Eclético no Brasil. Esforços de teorização sobre a arquitetura brasileira.

Bibliografia Básica:

BENEVOLO, L. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 2014.
CHOAY, F. O urbanismo: utopias e realidades - uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 2015.
MENDES, F.; VERÍSSIMO, F.; BITTAR, W. Arquitetura no Brasil: de D. João VI a Deodoro. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio; Ao Livro Técnico, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARGAN, G. C.. Arte moderna: do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
CALABI, D. História do urbanismo europeu: questões, instrumentos, casos exemplares. São Paulo: Perspectiva, 2012.
MORRIS, A. Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial. Barcelona: Gustavo Gili, 2016.
PEVSNER, N. Origens da arquitetura moderna e do design. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2015.

TEORIAS E HISTÓRIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO IV

Vanguardas artísticas e Movimentos Modernos em Arquitetura e Urbanismo. Teorias e práticas arquitetônicas e urbanísticas na primeira metade do século XX: circulação de ideias e internacionalização dos debates. Principais expressões da Arquitetura Moderna no Brasil, a exemplo dos casos em Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Curitiba e Goiânia. Modernidade e tradição. As cidades novas no Brasil republicano. Paradigmas urbanísticos na concepção de Brasília.

Bibliografia Básica:

FRAMPTON, K. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
PANERAI, P.; CASTEX, J.; DEPAULE, J. Formas urbanas: a dissolução da quadra. Porto Alegre: Bookman, 2013.
SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: EDUSP, 2014.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Carlos Leite. A Formação do Homem Moderno Vista Através da Arquitetura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
BRUAND, Y. Arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2012.
MONTANER, Josep M. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: G.Gili, 2002.
CURTIS, W. Arquitetura moderna desde 1900. Porto Alegre: Bookman, 2008.
GROPIUS, W. Bauhaus: nova arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 2015.
MALUENDA, A. E. La arquitectura moderna en Latinoamérica: antología de autores, obras y textos. Barcelona: Reverté, 2016.

TEORIAS E HISTÓRIAS DA ARQUITETURA E URBANISMO V

Arquitetura, cidade e paisagem entre a segunda metade do século XX e início do XXI. Críticas, alternativas e revisões do projeto moderno em arquitetura e urbanismo. Neovanguardas dos anos 1960-70: crítica e tradição do novo. Teoria e prática arquitetônica a partir dos anos 1980. Cultura pós-moderna e suas diferentes expressões em arquitetura: regionalismos, historicismos, neorracionalismos, *high-tech* e desconstrutivismo. Teorias urbanas e o conceito de cidade. Conceitos de moderno e contemporâneo. Exploração de limites do campo: representação e materialidade; novas definições de ambiente e natureza; autonomia disciplinar; formação e atuação profissional; arquitetura e política.

Bibliografia Básica:

ARANTES, O. Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: EDUSP, 1998.
BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. Brasil: arquiteturas após 1950. São Paulo: Perspectiva, 2015.
MONTANER, Josep Maria. A modernidade superada: Ensaio sobre arquitetura contemporânea. São Paulo, Gustavo Gilli, 2010.

Bibliografia Complementar:

- ARANTES, O. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: EDUSP, 2000.
GHIRARDO, D. Arquitetura contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
KRUFT, Hanno-Walter. História da Teoria da Arquitetura. São Paulo: EdUSP, 2016.
MONTANER, J. M. Depois do movimento moderno: arquitetura da metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2015.
PORTOGHESI, P. Depois da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

VIAGEM DE ESTUDO

Preparação e realização de viagem de estudos a cidades brasileiras de médio e grande porte. Análises de espaços arquitetônicos, urbanos e paisagísticos. Leituras temáticas específicas de cidades, a partir de contextos históricos, sociais, culturais e econômicos.

Bibliografia Básica:

- CULLEN, G. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70 – Brasil, 2015.
MARTINELLI, M. Cartografia temática: caderno de mapas. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
SEGAWA, H. Arquiteturas no Brasil 1900 1990. São Paulo: Edusp, 2010.
Bibliografia Complementar:
BRUAND, Y. Arquitetura Contemporânea no Brasil. 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
CARERI, F. Walkscapes: o caminhar como prática estética. Barcelona: Gili, 2013.
CERTEAU, M. A invenção do cotidiano - 1 Artes de Fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
JACQUES, P. B. Elogio aos errantes. Salvador: Edufba, 2014.
MONTANER, Josep Maria. Arquitetura e Crítica. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

Outras Disciplinas

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Desenvolvimento de formação técnica, cultural, científica e pedagógica inter-relacionando os conhecimentos teóricos-práticos às atividades de trabalho de estágio supervisionado.

Bibliografia Básica:

- CASTILHO, J. R. F. O Arquiteto e a Lei - Elementos de Direito da Arquitetura. 1 ed. São Paulo: Editora Pillares, 2012.
CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas. 2013. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/AF-NFolder-codigo_etica-.pdf> Acesso em: 10/02/2017.
NEVES, M do C. Ética: dos fundamentos às práticas. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

Bibliografia Complementar:

- ALOCHIO, L. H. A. Plano diretor urbano e estatuto das cidades. Belo Horizonte: Forum, 2010.
BASTOS, L. R.; PAIXÃO, L.; FERNANDES, L. M.; et al. Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. Rio de Janeiro: LTC, 1996.
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.
COELHO NETTO, J. T. A construção do sentido na arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1999.
FOLMANN, M.; F., Iara P.; SABATOVSKI, E. Estatuto da cidade. Curitiba: Juruá, 2012.

LIBRAS

Classificadores em LIBRAS. Fluência em LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais. Conversação em LIBRAS.

Bibliografia Básica:

- BRITO, L. F. Por uma Gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento Lingüístico e Filosofia, 1995.
COUTINHO, D. Libras: língua brasileira de sinais e língua portuguesa (semelhanças e diferenças). 2.ed. Idéia, 1998.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). Língua de sinais brasileira, estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

- BOTELHO, P. Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos. Editora Autentica, Minas Gerais, 7-12, 1998.
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe da língua de sinais brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. 1 e 2 v.
FERNANDES, E. Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2004.
QUADROS, R. M. de. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília, DF: MEC; 2004.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). Língua de sinais brasileira, estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÚCLEOS LIVRES

Por terem caráter mais flexível e visar a interdisciplinaridade e a comunicação entre cursos as disciplinas de Núcleo Livre não serão definidas pelo Projeto Pedagógico, deixando o corpo docente livre para definir conteúdos, bibliografia e carga-horária, apenas com a ressalva de que a ministração das mesmas depende de prévia aprovação do plano de curso pelo Colegiado da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas.

Cabe ainda mencionar que os estudantes do curso de direito devem cumprir uma carga horária de, no mínimo, 192 (cento e noventa e duas) horas.

6.3 Quadro Resumo da Carga Horária

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
NÚCLEO COMUM (NC)	352	9,17%
NÚCLEO ESPECÍFICO OBRIGATÓRIO (NEOB)	2880	75,00 %
NÚCLEO LIVRE (NL)	192	5,00%
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (ES)	256	6,67%
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)	160	4,16%
TOTAL DO CURSO	3840	100%

6.4 Fluxo Curricular

1º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
História da Arte e da Estética	64	Obrigatória	NC
Antropologia Urbana	32	Obrigatória	NC
Arquitetura, Cidade e Sociedade	64	Obrigatória	NC
Metodologia Científica	32	Obrigatória	NC
Oficina de Expressão e Representação I	96	Obrigatória	NC
Forma, Espaço e Ordem	64	Obrigatória	NEOB
Libras*	64	Optativa	NEOP
Carga Horária do Período	352		

* Disciplina não computada no cálculo da carga horária total

2º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo I	64	Obrigatória	NEOB
Estudos Socioambientais	32	Obrigatória	NC
Oficina de Expressão e Representação II	96	Obrigatória	NC
Cartografia e Topografia	48	Obrigatória	NEOB
Projeto Arquitetônico I	96	Obrigatória	NEOB
Sistemas Estruturais I	64	Obrigatória	NEOB
Conforto Ambiental I	64	Obrigatória	NEOB
Núcleo Livre 01	64	Optativa	NL
Carga Horária do Período	528		
Carga Horária Acumulada	880		

3º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo II	48	Obrigatória	NEOB
Análise da Paisagem	64	Obrigatória	NEOB
Oficina de Expressão e Representação III	64	Obrigatória	NEOB
Projeto Arquitetônico II	96	Obrigatória	NEOB
Sistemas Estruturais II	64	Obrigatória	NEOB
Canteiro Experimental I	48	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	384		
Carga Horária Acumulada	1264		

4º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo III	48	Obrigatória	NEOB
Viagem de Estudos	32	Obrigatória	NC
Oficina de Expressão e Representação IV	64	Obrigatória	NEOB
Projeto Arquitetônico III	96	Obrigatória	NEOB
Arquitetura da Paisagem	96	Obrigatória	NEOB
Sistemas Estruturais III	64	Obrigatória	NEOB
Instalações Hidrossanitárias	48	Obrigatória	NEOB
Canteiro Experimental II	48	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	496		
Carga Horária Acumulada	1760		

5º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo IV	48	Obrigatória	NEOB
Projeto Arquitetônico IV	96	Obrigatória	NEOB
Projeto Urbanístico e Paisagístico I	96	Obrigatória	NEOB
Sistemas Estruturais IV	64	Obrigatória	NEOB
Conforto Ambiental II	64	Obrigatória	NEOB
Instalações Elétricas	48	Obrigatória	NEOB
Infraestrutura Urbana	48	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	464		
Carga Horária Acumulada	2224		

6º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Teorias e Histórias da Arquitetura e Urbanismo V	48	Obrigatória	NEOB
Preservação do Patrimônio Cultural	48	Obrigatória	NEOB
A Cidade e a Lei	32	Obrigatória	NC
Projeto Arquitetônico V	96	Obrigatória	NEOB
Projeto Urbanístico e Paisagístico II	96	Obrigatória	NEOB
Conforto Ambiental III	64	Obrigatória	NEOB
Canteiro Experimental III	48	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	432		
Carga Horária Acumulada	2656		

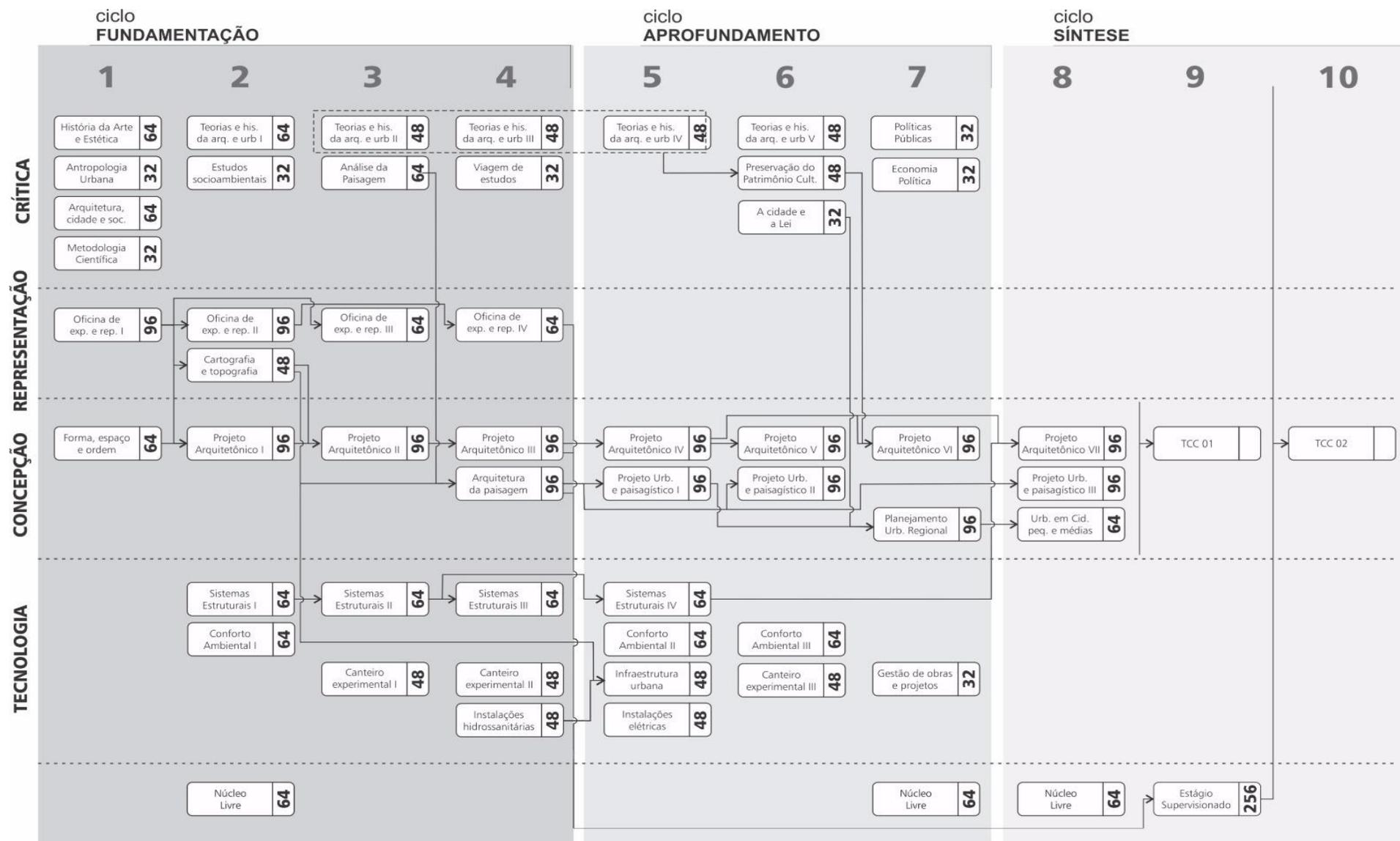
7º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Políticas Públicas	32	Obrigatória	NC
Economia Política	32	Obrigatória	NC
Projeto Arquitetônico VI	96	Obrigatória	NC
Planejamento Urbano e Regional	96	Obrigatória	NEOB
Gestão de Obras e Projetos	32	Obrigatória	NEOB
Núcleo Livre 02	64	Optativa	NL
Carga Horária do Período	352		
Carga Horária Acumulada	3008		

8º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Projeto Arquitetônico VII	96	Obrigatória	NEOB
Projeto Urbanístico e Paisagístico III	96	Obrigatória	NEOB
Urbanização de Cidades Pequenas e Médias	64	Obrigatória	NEOB
Núcleo Livre 03	64	Optativa	NL
Carga Horária do Período	320		
Carga Horária Acumulada	3328		

9º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Trabalho de Conclusão de Curso I	64	Obrigatória	NEOB
Estágio Supervisionado	256	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	320		
Carga Horária Acumulada	3648		

10º PERÍODO			
DISCIPLINA	CHT	NATUREZA	NÚCLEO
Trabalho de Conclusão de Curso II	32	Obrigatória	NEOB
Carga Horária do Período	32		
Carga Horária Acumulada	3680		

6.5 Representação Gráfica do Fluxo Curricular



6.6 Atividade Complementar

As atividades complementares destinam-se ao enriquecimento da formação do graduando, mediante diversificação, ampliação ou aprofundamento de estudos e práticas não incluídas na matriz formal do curso de graduação, sendo os estudantes incentivados a realizar essas atividades.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Arquitetura e Urbanismo coloca as atividades complementares como componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando.

O Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG (RGCG) define as atividades complementares como um conjunto de atividades acadêmicas, mas não de disciplinas, escolhidas e desenvolvidas pelos alunos durante o período disponível para a integralização curricular.

Tanto as Diretrizes Curriculares Nacionais como o RGCG destacam a necessidade de não confundir as atividades complementares com o estágio supervisionado. Quanto à carga horária que essas atividades devem possuir, as Diretrizes Curriculares Nacionais não definem uma carga horária mínima, enquanto o RGCG coloca que essas atividades deverão totalizar, no mínimo, cem (100) horas.

Tendo por base essas referências, o CAU-RG definiu que as atividades complementares será de, no mínimo, cento e sessenta (160) horas, para efeito de integralização curricular. O cálculo da carga horária se dá a partir da consideração de uma carga horária total e uma carga horária específica, sendo que a carga horária total serve de limite de validação para um mesmo tipo de atividade. A partir dessa regra, o curso adota critérios para validação, cômputo e registro de carga horária, bem como por parâmetros para aproveitamento de atividades o seguinte:

Atividade Complementar	Carga horária da atividade	Carga horária máxima
1. Monitoria remunerada ou voluntária em disciplinas oferecidas pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo	48h/disciplina	96 h
2. Participação como ouvinte em defesa de monografia, dissertação ou tese com elaboração de relatório devidamente validado	2h/defesa	16 h
3. Participação em grupos de estudos cadastrados na Regional e com atividades, ao menos, quinzenais	48h/semestre	96h
4. Participação como ouvinte/organizador em/de eventos acadêmicos e profissionais ou afim (palestra, semana, seminário, conferência, simpósio, congresso, jornada etc.), com apresentação de certificado acompanhada da respectiva programação	A constante no certificado	96h
5. Participação em projetos de pesquisa devidamente cadastrados na PRPPG (com ou sem bolsa)	48h/semestre	96h
6. Participação em projetos de extensão e cultura devidamente cadastrados na PROEC (com ou sem bolsa)	48h/semestre	96h
7. Representação estudantil com mandato eletivo, comprovada com ata de posse	32h/semestre	64h
8. Artigo/projeto publicado em autoria/coautoria em revista indexada e com conselho editorial	16h/produto	64h
9. Publicação de texto completo de comunicação de arquitetura e urbanismo ou afim em anais de eventos acadêmico-científicos	16h/comunicação	64h
10. Publicação de resumos de comunicação de arquitetura e urbanismo ou afim em anais de eventos acadêmico-científicos	8h/resumo	32h
11. Apresentação oral de trabalho em eventos acadêmico-científicos	16h/apresentação	64h
12. Apresentação de pôster ou afim em eventos acadêmico-científicos	8h/pôster	32h
13. Visita técnica orientada por professor	4h/visita	16h
14. Viagem de estudo orientada por professor	A constante no certificado	64h
15. Participação em concurso de arquitetura, urbanismo e paisagismo	16h/concurso	64h
16. Premiação de projeto ou trabalho publicado (inclusive menção honrosa)	16h/premiação	64h
17. Participação em escritório modelo	32h/semestre	96h
18. Produção artística e cultural devidamente comprovada	32h/produção	

Cabe à Coordenação de Curso fiscalizar o cumprimento dessas atividades, bem como homologar e validar as mesmas.

7 POLÍTICA E GESTÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio curricular obrigatório e não obrigatório do CAU-RG é regulamentado por resolução específica aprovada no Colegiado da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas. A resolução segue as diretrizes estabelecidas no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação e a Lei de Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008) e Instrução Normativa n.3/2016 publicada pela PROGRAD/UFG, além do que é estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O estágio supervisionado é tido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo como um conteúdo curricular obrigatório, cabendo à instituição de ensino regulamentá-lo em seus colegiados acadêmicos. Segundo o Art. 18 da Resolução CEPEC 1122/2012, o estágio curricular, seja ele obrigatório ou não obrigatório, é um componente de formação acadêmica, de caráter teórico-prático, que tem como objetivo principal proporcionar aos estudantes a aproximação com a realidade profissional, de forma a desenvolver sua formação técnica, cultural, científica e pedagógica, no sentido de prepará-lo não só para o exercício da profissão, mas também para a cidadania.

Todo o detalhamento, prerrogativas, normatizações, requisições e regulamentações relativas à política, gestão e desenvolvimento do estágio no CAU-RG serão instituídas em regulamento específico, respeitando-se as orientações deste documento, que se intitula Regulamento de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás.

7.1 Estágio Curricular Obrigatório

No âmbito do CAU-RG, o estágio obrigatório será composto de carga horária de 256 horas, sendo desenvolvido por meio da disciplina denominada Estágio Supervisionado, a ser desenvolvida ao longo de um semestre e requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Os estágios curriculares obrigatórios somente serão validados se enquadrados nas especificidades de atribuições profissionais e campos de atuação do arquiteto-urbanista regidas pela resolução N° 51 de 12 de Julho de 2013 publicado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/Br.

O estágio curricular obrigatório será planejado, orientado, acompanhado e avaliado por professores integrantes do corpo docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás, em conformidade com seu Projeto Político-Pedagógico, com apoio, para esses fins, do preceptor ou supervisor do local em que está sendo realizado o estágio. O supervisor do estágio deverá ter atribuições profissionais que se relacionam com os campos de atuação do arquiteto-urbanista.

As atividades de estágio curricular obrigatório serão validadas somente para o estudante que estiver devidamente matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado.

Para validação das atividades de estágio obrigatório, o discente deverá apresentar à coordenação de estágio e ao professor orientador os seguintes documentos:

- I- Termo de compromisso;
- II- Plano de atividades de estágio;
- III-Relatório de atividades de estágio;
- IV-Controle de frequência.

Parágrafo único. No caso de estágio curricular obrigatório, o aluno deverá especificar no plano de atividades o campo de atuação e a atribuição do arquiteto-urbanista com a qual o estágio se relaciona.

- I- Termo de Compromisso: Para a realização do estágio curricular obrigatório, será necessária a celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino e a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso. O estágio só poderá ser realizado em empresas devidamente conveniadas com a UFG e deverá ser supervisionada por um profissional;

- II- Plano de Estágio: Memorial da atividade realizada elaborado pelo discente, com vistas e assinatura do orientador, apresentando: relação das funções desenvolvidas durante o período de vigência da atividade, relação da atividade com os aspectos teórico-práticos da atuação profissional do arquiteto-urbanista, conhecimentos apreendidos na atividade e seus respectivos resultados para o processo de formação profissional e cidadã do discente;
- III- Registro de frequência do discente nas atividades realizadas assinado pelo orientador;
- IV- Relatórios semestrais das atividades realizadas, elaborados pelo discente, com vistas e avaliação do desempenho do estudante por parte do orientador, bem como a assinatura de ambos.

7.2 Estágio Curricular Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional pelo aluno, acrescida e não integrante à carga horária regular do curso, contudo, registrada no histórico acadêmico.

Nos estágios curriculares não obrigatórios, o estagiário só poderá realizar em empresas/órgãos devidamente conveniadas com a UFG ou utilizar-se de agentes de integração também conveniadas com a UFG. O estagiário deverá ser supervisionado por um profissional no local estágio e orientador por um professor do curso. Deverá ser obrigatório o pagamento de bolsa estágio ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como auxílio transporte e seguro pago pela instituição na qual realiza o estágio. O seguro é por conta do local de estágio e deverá ser preenchido o Termo de Compromisso e plano de estágio.

O estágio não obrigatório poderá ser iniciado a partir do 4º período e será validado a carga horária mediante o preenchimento dos seguintes documentos:

- I- Termo de compromisso;
- II- Plano de atividades de estágio;
- III- Relatório de atividades de estágio (semestral);
- IV- Controle de frequência.

Orientações Gerais para Realizar Estágio no Exterior - O estágio realizado em um programa de intercâmbio internacional deve obedecer aos pré-requisitos acadêmicos e documentais e deve adequar à proposta acadêmica do curso presentes no projeto político pedagógico do curso de Arquitetura e Urbanismo e no Regulamento de Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás.

O aluno deverá apresentar o relatório no seu retorno, em consonância com o perfil do curso e a política de estágio. A avaliação do aproveitamento de estágio feito fora do país será efetuada pelo coordenador de estágio do curso e pelo professor orientador. A análise do estágio no exterior deverá ser feita com base no conteúdo descrito no Termo de Compromisso, no Plano de Atividades e no Relatório de estágio, devidamente assinado pelo supervisor de estágio realizado no exterior, contendo atividades realizadas, local, carga horária e frequência.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) é a avaliação final do processo de aprendizado dos discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Regional Goiás, como atividade de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de graduação, e consolidação das técnicas de pesquisa.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, constituída por disciplinas do currículo do CAU-RG e tem como objetivo geral oportunizar aos estudantes o aprofundamento dos estudos científicos, tecnológicos e pedagógicos nas áreas de conhecimento afins ao curso.

No CAU-RG o TCC é dividido em duas disciplinas obrigatórias que previstas para o último ano do curso. A regulamentação dessas disciplinas, contendo os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes e técnicas relacionadas com sua elaboração, consta em resolução específica aprovada pelo Colegiado da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas. Essa resolução atende ao que é estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFG.

9 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão será expressa no CAU-RG pela estreita relação entre pesquisas, disciplinas, laboratórios e projetos que envolvam a troca de saberes com a comunidade.

O CAU-RG, como já foi colocado, está localizado na região noroeste do estado de Goiás. Essa região tem como característica pequenos municípios com infraestrutura urbana precária e carência de equipamentos urbanos e são em sua maioria dependentes de atividades agrícolas. Esse contexto é semelhante à realidade urbana da maioria dos municípios brasileiros (88% tem menos de 50 mil habitantes) fazendo-se necessário pesquisas e ações na área da Arquitetura e Urbanismo para melhorar as condições de habitabilidade dessas cidades, fazendo o necessário enfrentamento de problemas de gestão, planejamento e obras (de arquitetura e urbanismo). Além disso, a cidade histórica de Goiás possui um conjunto arquitetônico e urbanístico de valor patrimonial que demanda de práticas que incentivem a preservação, conservação e apropriação. Essa integração com a história e o patrimônio da cidade deve se desenvolver tanto no desenrolar das atividades disciplinares como em projetos de pesquisa e extensão que promovam o direito à memória.

Sob esse panorama, a estrutura curricular proposta se volta a essa realidade propondo um diálogo direto com a sociedade abordando temas como habitação de interesse social, planejamento urbano voltado a pequenos municípios, conservação de bens culturais entre outros.

Do mesmo modo a estrutura de laboratórios deve buscar responder a estes desafios constituindo-se como espaços de integração entre ensino, pesquisa e extensão. As disciplinas de Canteiro experimental, por exemplo, devem ser subsidiadas por uma estrutura física de laboratórios (Laboratório de tecnologias e Laboratório de Conforto) que propiciem práticas de pesquisa e interação com os conhecimentos de trabalhadores da construção civil do município e da região, favorecendo trocas de saberes e produção de conhecimento novo. Assim além de aproximar o aluno da prática da construção, pode-se desenvolver novas tecnologias que podem ser mais acessíveis a populações vulneráveis ou de baixa e média renda.

Da mesma maneira, um Laboratório de estudos urbano-paisagísticos e arquitetônicos destinado ao estudo das cidades com ênfase na realidade regional pode realizar pesquisa e extensão contribuindo para aproximar qualitativamente o curso da realidade social em que ele está inserido. Assim a disciplina Habitação de Interesse Social, por exemplo, terá nas pesquisas e projetos de extensão desse laboratório base de dados sólida e possibilidade de experiência o contato com movimentos sociais do campo e da cidade, podendo através da ajuda mútua melhorar as condições de habitabilidade de populações carentes da cidade e região. O Laboratório de Projetos será o espaço onde demandas coletivas da sociedade - que tem em seu cerne a possibilidade de complementar o ensino - poderão ser atendidas objetivando tanto a concretização do projeto para a comunidade quanto abrir novas possibilidades de ensino no curso (estágio e trabalho prático).

Mais dois espaços são essenciais: Laboratório de Informática e Laboratório de Expressão e Representação. Ambos são suporte às disciplinas de Oficina de Expressão e Representação I, Oficina de Expressão e Representação II, Oficina de Expressão e Representação III e Oficina de Expressão e Representação IV, e quando não estão em horário de aula são usados por outras disciplinas, projetos de pesquisa e extensão para o desenvolvimento de atividades relacionadas à representação, desenho, confecção de maquetes, desenvolvimento de projeto, redação de textos entre outras.

É necessário ressaltar a possibilidade de criação do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU), projeto de extensão fomentado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. O EMAU é um espaço destinado a interação direta com as comunidades organizadas, favorecendo através de atividades ou projetos extensionistas, intensas trocas de saberes e capacidades. Enquanto o Laboratório de Projetos deve qualificar sua capacidade de intervenção enquanto prática extensionista e de pesquisa, o Escritório Modelo deve ser um espaço de iniciativa e gestão estudantil, em que os alunos assumem para si - em um nível experimental - as diferentes dimensões da atuação profissional: gestão, planejamento, interação com comunidades, etc. Ao interagir com a comunidade local é ofertado ao aluno a possibilidade de aprendizado com vários personagens que produzem a cidade desde o cidadão comum, passando por construtores e até chegar em instâncias de gestão.

A infraestrutura supracitada fornece suporte ao desenvolvimento de ações extensionistas e de pesquisas, fortalecendo e realimentando o ensino dentro do CAU-RG. Eleva-se, assim, a qualidade do ensino no sentido de fazê-lo sempre atual e adequado à realidade na qual se insere, proporcionando uma ampla integração com a comunidade externa à IE.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem está submetida ao Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), Resolução CEPEC número 1122/2012, e segue o disposto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG para o período de 2011-2015.

Entende-se que as avaliações fazem parte do processo mais amplo da formação dos estudantes; constituem um momento em que se dá recolhimento, diagnóstico e aferição de seu desempenho, considerando-se tanto a frequência quanto a avaliação do aproveitamento acadêmico propriamente dita, esta última realizada através de exercícios de verificação. Adotam-se como princípios gerais o disposto no PDI da UFG:

[...] atentar-se para os processos e não só para o produto; respeitar os envolvidos no ato avaliativo; ser educativa e democrática; viabilizar o retorno das informações; realizar uma reflexão rigorosa sobre as práticas; e estimular a autorreflexão e promover a melhoria e o aperfeiçoamento da prática educativa. [...] (UFG, 2010).

O aproveitamento acadêmico deverá considerar sua dimensão processual e refletir o acompanhamento contínuo e sistêmico dos estudantes ao longo do período letivo, donde se sugere uma distribuição equilibrada de exercícios / atividades dentro dos módulos de cada disciplina. As avaliações poderão constar de provas, seminários de debate de textos e de apresentação de resultados de pesquisa, relatórios de visita a campo e outros trabalhos acadêmicos, notadamente os Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo e a realização de protótipos nas disciplinas de Canteiro.

Estimula-se a realização de atividades que busquem uma aproximação entre as dimensões teórica e prática, podendo acontecer dentro da própria disciplina ou, sempre que possível, com vistas a promover a interdisciplinaridade dentro do CAU-RG.

Ainda seguindo o disposto no PDI da UFG, entende-se que a complexidade do processo de avaliação passa não apenas por uma dimensão técnica - representada pela necessidade de acompanhar e medir o desempenho acadêmico dos estudantes - como serve, também, como momento de reflexão sobre a dimensão ética e política do curso. Estimula-se, assim, uma reflexão crítica e propositiva, realizada a partir de situações encontradas na realidade social, ainda que resguardando a autonomia das atividades acadêmicas.

Conforme a Resolução CEPEC número 1122/2012 a nota final do estudante variará de zero a dez, com no máximo uma casa decimal, sendo resultado de no mínimo duas avaliações, devendo ser divulgada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA). Esta nota será resultado de no mínimo duas avaliações, sendo aprovado o estudante que tiver nota final igual ou superior a seis e participação de no mínimo setenta e cinco por cento das atividades presenciais e não presenciais da disciplina. Caso o aluno deixe de realizar alguma avaliação prevista no plano de ensino poderá solicitar segunda chamada até cinco dias úteis após a data de realização da avaliação, mediante protocolo realizado na secretaria acadêmica, apresentando justificativa e documentação necessária se o caso requerer. A avaliação do aproveitamento acadêmico do estudante é realizada de forma contínua, analisando os resultados obtidos nas atividades programadas.

A verificação de aprendizagem, segunda chamada de avaliação, revisão de nota de avaliação, frequência e revisão de frequência está detalhada no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG), Resolução CEPEC número 1122/2012.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 09/2004 as Instituições de Educação superior devem adotar um sistema de avaliação, interno e externo, com a participação dos corpos docente, discente e técnicos administrativos. Essa avaliação deve contribuir para a melhoria das práticas educativas do curso, visando analisar o processo ensino-aprendizagem-educação.

A avaliação do projeto de curso é feita através de ações realizadas internamente e externamente.

O processo interno de avaliação está vinculado ao sistema externo da Universidade por meio da CAVI (Comissão de Avaliação Institucional), cumprindo as normativas de existência de uma comissão de avaliação institucional, que por sua vez, está submetido ao Programa de Gestão Estratégica (PEG) da Universidade Federal de Goiás.

A CAVI (Comissão de Avaliação Institucional) é uma comissão própria de avaliação institucional da Universidade, que desenvolve os processos de planejamento e avaliação institucional, sendo fundamento na avaliação do curso no âmbito da Universidade.

A avaliação docente se dará pela apresentação dos relatórios no Sistema de Avaliação Docente (SICAD) e avaliação discente do docente realizada no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), apreciando assim o trabalho realizado pelos docentes junto à comunidade acadêmica.

Será realizado um seminário anual com a participação dos corpos docente, discente e técnico do CAU-RG no intuito de avaliar: a adequação da carga horária, ementas e bibliografias das disciplinas; adequação dos componentes curriculares obrigatórios (oferecidos pelo próprio curso e por outros cursos da UFG) e dos núcleos livres; avaliação da interação entre as disciplinas em cada período letivo; adequação da interação entre ensino, pesquisa e extensão; avaliação do desempenho das atividades de Estágio Supervisionado e TCC; adequação do corpo docente e técnico; avaliação de dificuldades estruturais por parte dos estudantes; adequação da estrutura física, equipamentos e materiais disponíveis.

Os relatórios elaborados pelas comissões de avaliação externa (avaliação dos cursos e da Instituição) ou emitidos pelos órgãos competentes do Ministério da Educação (ENADE) deverão ser analisados, fazendo uma articulação entre as avaliações internas e externas. O processo de avaliação permanente do Projeto Pedagógico de Curso deve contar com a participação de docentes, discentes e técnicos; contando com o Núcleo Docente Estruturante enquanto um vetor institucional desse processo.

12 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante será instituído pelo colegiado da Unidade Acadêmica, sendo o responsável pelo acompanhamento ordenado da implantação do Plano Pedagógico do Curso, assim como sua avaliação e adequação.

A composição do Núcleo Docente Estruturante do CAU-RG será feita por 5 professores do curso, sendo formado pelo Coordenador do CAU-RG e por um professor de cada eixo disciplinar (representação, tecnologia, crítica, concepção). Além dos professores, o NDE será composto por um representante discente e um técnico-administrativo.

No âmbito da UFG, o NDE obedece ao disposto na Resolução CONAES 01/2010 e é normatizado internamente pela Resolução CEPEC nº 1066/2011, que atribui ao NDE o seguinte:

Art. 4º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

III - acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC;

IV - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

VI - atuar em conjunto com a coordenação de curso na organização e desenvolvimento das semanas de planejamento administrativo e pedagógico das unidades acadêmicas;

VII - acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo do curso;

VIII - auxiliar no processo de avaliação e fomentar a discussão dos resultados dos diferentes processos avaliativos do curso, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade acadêmica;

IX - auxiliar a gestão do curso na resolução de conflitos no campo pedagógico que podem prejudicar o andamento do curso.

A presente resolução também pressupõe que o NDE se reúna, ordinariamente no mínimo 2 vezes durante o semestre letivo, e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente.

13 POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA UNIDADE ACADÊMICA

A qualificação e formação científica de um efetivo de profissionais da educação que trabalha com formação em nível superior deve contribuir, por um lado, para o aprofundamento dos conhecimentos de cada profissional em sua área de conhecimento específica, de preferência chegando até o nível do doutoramento e pós-doutoramento e possibilitando o desenvolvimento autônomo de atividades de pesquisa e extensão, além do ensino. Por outro lado, é importante que essa formação proporcione uma visão mais ampla do campo profissional do curso de graduação, de modo a permitir que o(a) formador(a) possa articular seus conhecimentos específicos com as necessidades mais generalistas dos alunos.

O corpo docente e técnico-administrativo da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas é composto por um efetivo de profissionais que, em grande parte, está passando ou passou muito recentemente pela parte mais intensa de sua formação profissional e científica (graduação, mestrado e doutorado), característica que se mostra ainda mais acentuada no Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Esta característica contribui para que este efetivo demonstre preocupação constante com a questão da qualificação profissional e da formação científica.

O corpo docente do CAU-RG é composto atualmente por 15 professores, sendo 1 com doutorado completo, 4 em processo de doutoramento e 9 com mestrado completo.

A política de qualificação e formação docente deve priorizar, em um primeiro momento, a conclusão dos doutorados já em andamento com concessão de licenças e oferecimento de todo o auxílio necessário ao êxito desses processos. Em seguida, é necessário garantir o ingresso dos demais professores em cursos de doutoramento. Para tanto serão viabilizadas alternativas que passam desde a autorização de afastamento para qualificação ou redução da carga horária dedicada ao ensino e demais atividades acadêmicas e administrativas até a tentativa de estruturação de cursos de doutoramento interinstitucionais (Dinter).

Segundo o PDI da UFG: “É fundamental melhorar as condições de trabalho e investir na qualificação dos corpos docente e técnico-administrativo, por meio da oferta de programas de capacitação e qualificação [sic]. Para tanto, torna-se necessária obter a cooperação técnica entre a UFG e outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Ministérios.” (PDI, UFG, p.38).

Toda essa política de incentivos deve se manter ativa permanentemente, permitindo o posterior ingresso dos docentes em cursos de pós-doutoramento.

A política de qualificação inclui ainda o incentivo à participação em cursos de capacitação, grupos de pesquisa e eventos científicos ou de formação técnica.

Em relação ao pessoal técnico-administrativo deve haver incentivos à realização de cursos de capacitação e qualificação, além de cursos de pós-graduação que possibilitem seu aperfeiçoamento acadêmico e desenvolvimento na carreira.

14 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O PPC do CAU-RG foi desenvolvido de acordo com a **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010** do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. O PPC atende à resolução ao descrever as competências, habilidades e perfil desejado para o futuro profissional, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado, acompanhamento e avaliação, atividades complementares e trabalho de curso.

Os conteúdos curriculares, atividades complementares, viagem de estudos, estágio curricular obrigatório, bem como outras ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo curso buscam a integração entre teoria e prática como forma de propiciar a formação generalista preconizada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ao mesmo tempo que expõe o perfil específico do curso com suas particularidades.

Cabe destacar que o PPC seguiu as Diretrizes Curriculares Nacionais pensando na atuação profissional, hoje amparada pela **Lei Nº 12.378/2010** que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, e define, em seu Artigo Segundo as atividades, atribuições e campo de atuação da profissão.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (**Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008 e **Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004**) são abordados em uma série de disciplinas que visam relacionar a questão às práticas da Arquitetura e Urbanismo. Essas disciplinas são: Antropologia Urbana, Preservação do Patrimônio Cultural e Canteiro Experimental I.

As Políticas de educação ambiental (**Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999 e **Decreto nº 4.281**, de 25 de junho de 2002) são conteúdo essencial a prática da Arquitetura e Urbanismo. Por isso, sua abordagem ocorre de forma relacional em diversas disciplinas distribuídas ao longo do curso: Estudos Socioambientais, Instalações Hidrossanitárias, Instalações Elétricas, Infraestrutura Urbana, Análise da Paisagem, Conforto Ambiental I, Conforto Ambiental II e Conforto Ambiental III.

No primeiro período é ofertada a disciplina de Arquitetura, Cidade e Sociedade, sendo responsável por apresentar possibilidades de atuação no campo da Arquitetura e Urbanismo que levem em conta a função social da profissão. Nesse sentido, a Arquitetura e Urbanismo são tidos como instrumentos para a efetivação de Direitos Humanos, atendendo assim as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no **Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012**, que originou a **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**. Ainda tratando da questão, poderíamos acrescentar a disciplina de Projeto Arquitetônico V, que aborda a Habitação de Interesse Social como um Direito Humano básico, conforme descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Nacional.

A questão da acessibilidade também será tratada em diversas atividades do curso. A disciplina de Libras (**Decreto 5.626/2005**) é regularmente oferecida pelas Unidades Acadêmicas da Regional Goiás da UFG como uma disciplina Optativa, garantindo ao estudante a possibilidade de cursá-la. Já a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012, será abordada juntamente com outros assuntos sobre a questão da acessibilidade previstos nas disciplinas de Projeto Arquitetônico II e Projeto Urbanístico e Paisagístico I, II e III.

Cabe destacar que as disciplinas de Projeto Arquitetônico (do I ao IV), Arquitetura da Paisagem e Projeto Urbanístico e Paisagístico (do I ao III) cumprem a importante tarefa de relacionar esses assuntos de forma prática, colocando o profissional arquiteto-urbanista como capaz de propor soluções espaciais que tornem nosso ambiente construído mais justo e acessível.

Ainda sobre a questão da acessibilidade, devemos ter em conta que a Universidade Federal de Goiás conta com um Núcleo de Acessibilidade, criado em 2008 e que tem como objetivo propor e viabilizar uma educação superior inclusiva aos estudantes com deficiência física, visual, auditiva, intelectual, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, por meio de apoios diversos para a eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, buscando seu ingresso, acesso e permanência, favorecendo a aprendizagem, no ambiente universitário.

15 REFERÊNCIAS

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Código de Ética e Disciplina para Arquitetos e Urbanistas**. 2013. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2013/11/AF-NFolder-codigo_etica-.pdf> Acesso em: 10/02/2017.

_____. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/resource/site/pdf/nacional/Censo-CAU-Brasil.pdf>>, acesso em: 10/09/2016.

BRASIL. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 2015.

_____. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: 2007.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: 2008.

_____. **Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010**. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo; cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal - CAUs; e dá outras providências. Brasília: 2010.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: 2004.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010** (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, alterando dispositivos da Resolução CNE/CES nº 6/2006). Brasília: 2010.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Estatuto da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia: 2013.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015**. Goiânia: UFG/Prodirh, 2011.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Projeto Político Pedagógico de Curso de Direito da Regional Goiás da Universidade Federal de Goiás**. Goiás: [s.n.], 2014.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Projeto Político Pedagógico de Curso de Serviço Social**. Goiás: [s.n.], 2013.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução CEPEC nº 1.066 de 2 de dezembro de 2011** (Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências). Goiânia: 2011.

_____. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução CEPEC nº 1122/2012 - Novo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia: 2012.

BITON, J.; MIRANDA, L. **Tipologia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

CULLEN, Gordon. **A Paisagem Urbana**. Lisboa: Ed. Martins Fontes, 1990.

FERREIRA, J.S.W. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: qual o papel da profissão?** *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133/07, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Rede urbana brasileira como agenda de pesquisa no IPEA: retrospectos e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016.

JACQUES, P.B. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, n. 8, p. 32-39, 2005.

JEUDY, H.-P. **Maquinaria patrimonial**. Entrevista com Henri-Pierre Jeudy, por Paola Berenstein Jacques. *RUA – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, n. 8, p. 74-79, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2004.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípio para um ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAIA, D.S. **Cidades médias e pequenas no nordeste: conferência de abertura**. In: LOPES, D.M.F.; HENRIQUE, W. *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010. p. 13-44.

MONTANER, J.M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno. **Quando a Rua Vira Casa**. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **5 de outubro: dia mundial da arquitetura.2016** Disponível em:<<http://www.cauam.org.br/?s=igeo&x=0&y=0&paged=2>>. Acesso em 14/02/2017.

UNESCO/UIA. **Carta para a Formação dos Arquitetos. 2011**. Texto original em inglês disponível em: <<http://www.uia-architectes.org/sites/default/files/charte-en.pdf>>. Tradução para o português: Prof. Arq. Luiz Augusto Contier. Disponível em: <<http://www.abeaarq.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-UNESCO-UIA-2011.pdf>>. Acesso em: 10/02/2017.

• • •